



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 29 de dezembro de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº244 | Suplemento 12/29 | Preço: R\$ 21,97

PODER EXECUTIVO (Continuação)

(CONTINUAÇÃO) LEI Nº18.662, de 27 de dezembro de 2023.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2024-2027.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faça saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL DO ESTADO

Art. 1.º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 203 da Constituição Estadual.

Art. 2.º O Plano Plurianual 2024-2027 é o instrumento de planejamento governamental, no âmbito da Administração Pública Estadual, que orienta a implementação de políticas públicas e se pauta pelo conjunto de premissas:

- I – Gestão Pública para Resultados;
- II – Participação cidadã;
- III – Promoção do desenvolvimento territorial e sustentável (econômico, social e ambiental); e
- IV – Intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 3.º O PPA 2024-2027 organiza a atuação estadual, sendo estruturado em 3 (três) bases: Estratégica, Tática e Operacional, cujos elementos centrais são os Eixos, os Temas, os Programas e as Ações, assim definidos:

I – Eixo – componente da Base Estratégica, representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de promover o contínuo avanço do desenvolvimento sustentável do Ceará. São atributos do Eixo:

- a) Resultado estratégico – tradutor da situação futura que se deseja visualizar no Eixo, medido por indicadores de impacto; e
- b) Indicador estratégico – indicador de impacto, representando um instrumento que permite aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Eixo, gerando subsídios para seu monitoramento e sua avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

II – Tema – componente da Base Estratégica, consiste em desdobramento do Eixo na figura das diversas políticas públicas estaduais e pode ser setorial ou intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na execução de seus programas. São atributos do Tema:

- a) Resultado temático – tradutor da situação futura que se deseja visualizar no Tema, medido por indicadores temáticos; e

b) Indicador temático – indicador de resultado da política pública, representando um instrumento que permite aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Tema, gerando subsídios para seu monitoramento e sua avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano;

III – Programa – componente da Base Tática, consiste no instrumento de organização da ação governamental, visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas quanto dos eixos, na perspectiva da solução ou amenização de problemas, atendimento de demandas ou criação/aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento para a população cearense. O Programa deve ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação, podendo ser:

a) Finalístico – gera bens e serviços para a sociedade, prioritariamente, ou para o governo, de forma secundária. São atributos principais do Programa Finalístico:

1. Órgão Gestor – é responsável pela coordenação e gestão do Programa. Na perspectiva de cumprimento da premissa da Intersetorialidade, o Gestor tem a missão de coordenar os trabalhos dos diversos Executores das entregas previstas no Programa;

2. Justificativa – declara o que motivou a elaboração do Programa, isto é, o problema, a demanda ou a oportunidade que justifica sua execução. Deve apresentar o contexto que ensejou a criação do Programa;

3. Público-alvo – representa grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores beneficiados pelas entregas do Programa. Representa o(s) segmento(s) da sociedade para o(s) qual(is) o Programa foi construído, ou seja, aquele(s) a serem beneficiados de forma direta pelas entregas do Programa;

4. Objetivos específicos – expressam para que será realizado o Programa, abrangendo recortes no tratamento de um problema específico, atendimento de determinada demanda social ou potencialização de oportunidades. Detalham e delimitam o que se espera alcançar no âmbito do Programa e como contribuirá para o alcance do resultado final de determinada política (resultado temático);

5. Entrega – traduz o bem ou o serviço que o público-alvo receberá na busca pelo alcance dos objetivos específicos, ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do Plano, com metas regionalizadas, conforme a Lei Complementar n.º 154, de 2015, para 2024 e para o período 2025-2027; e

6. Valor global – refere-se à totalidade dos recursos orçamentários e extraorçamentários, alocados para a realização do Programa no período do Plano, com indicativo de valores para 2024 e para o período 2025-2027;

b) Administrativo – está voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado, contemplando Objetivos Específicos e Entregas padronizadas para todos os órgãos e entidades, destinados ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. O Programa Administrativo possui os mesmos atributos do Programa Finalístico, apresentados nos itens 1 a 6 da alínea “a” deste inciso;

c) Especial – não contribui, de forma direta, para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não gera entregas à sociedade nem ao governo, tais como: ações relativas ao pagamento da dívida pública, cumprimento de decisões judiciais, aquisição e resgate de títulos de responsabilidade do Tesouro Estadual, previdência social e outras operações especiais que não ensejam contraprestação direta sob a forma de bens e serviços. O Programa Especial só não possui o atributo da Entrega, pelo motivo já mencionado nesta alínea;

IV – Ação – componente da Base Operacional consiste no ato governamental necessário para a concretização dos bens e serviços (Entrega) que o público-alvo dos Programas receberá em cada ano do PPA. A Ação pode ou não necessitar de aporte de recursos financeiros para sua implementação, classificando-se, nesse contexto, da seguinte forma:

a) Não orçamentária – quando não há necessidade de aporte de recursos financeiros;

b) Orçamentária – quando os recursos financeiros previstos compõem o Orçamento Público Estadual; e

c) Extraorçamentária – quando os recursos financeiros não compõem o Orçamento Público Estadual, uma vez que são aplicados na Entrega de forma direta por outras entidades (federais, municipais ou mesmo recursos privados).

Parágrafo único. Para cada indicador temático será estabelecida a meta ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do PPA.

Art. 4.º O PPA contempla ainda Temas Transversais, os quais reúnem Eixos, Temas e Programas que, por intermédio das ofertas declaradas nos Objetivos Específicos, contribuem para a consecução dos resultados esperados para o público abrangido pelas temáticas transversais.

Parágrafo único. Compõem os Temas Transversais no âmbito do PPA 2024-2027: Atenção à Pessoa com Deficiência, Atenção à Pessoa Idosa, Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres, Igualdade Étnico-Racial, Inclusão e Direitos da População LGBTI+, Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude, Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência e Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas.

Art. 5.º Integram o PPA 2024 a 2027 os seguintes Anexos:

I – Estrutura do Plano Plurianual 2024-2027;

II – Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas;

III – Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros;

IV – Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamento;

V – Alinhamento com as Diretrizes Regionais;

VI – Temas Transversais;

VII – Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS; e

VIII – Alinhamento com os Objetivos do Planejamento de Longo Prazo – PLP.

Parágrafo único. Além dos anexos acima mencionados, excepcionalmente para o ano de 2024, integrará o PPA 2024 a 2027 o Anexo IX – Metas e Prioridades 2024, em atendimento ao disposto no art. 2.º da Lei n.º 18.430, de 21 de julho de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 6.º As metas e prioridades constantes dos respectivos Anexos das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverão estar em consonância com os resultados esperados no âmbito do PPA 2024 a 2027, observando, preferencialmente, no momento da indicação das entregas, o alinhamento aos seguintes critérios de seleção:

- I – Diretrizes Regionais priorizadas pela população;
- II – Resultados dos Temas Transversais;
- III – Objetivos do Planejamento de Longo Prazo; e
- IV – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 7.º Os Programas constantes do PPA 2024-2027 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e naquelas que as modifiquem.

§ 1.º Para os programas Finalístico e Administrativo constantes do PPA 2024-2027, cada Ação, componente da Base Operacional, estará vinculada a uma única Entrega.

§ 2.º As ações vinculadas às entregas do PPA 2024-2027, ainda que não tenham previsão inicial de recursos orçamentários, poderão constar na Lei Orçamentária Anual – LOA, durante o exercício do PPA, quando necessitarem de recursos financeiros, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.

§ 3.º As vinculações entre ações e entregas do PPA 2024-2027 também constarão em demonstrativo específico nas leis orçamentárias anuais quando tiverem previsão de recursos para o seu exercício correspondente.

§ 4.º Caso haja necessidade de uma nova ação orçamentária que não possua Entrega correspondente durante a execução do PPA 2024-2027, essa Entrega poderá ser criada por meio do mesmo crédito especial que contemple a criação da nova ação, a fim de garantir a integração dos instrumentos de planejamento.

Art. 8.º O valor global e as metas dos programas não constituem limite à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e naquelas que as modifiquem.

Art. 9.º Os orçamentos anuais, bem como suas alterações por créditos adicionais, atualizarão os valores orçamentários dos programas para o período 2024-2027, podendo implicar em ajustes nas metas das entregas, conforme o disposto no art. 13 desta Lei.

Art. 10. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2024-2027, serão orientados para o alcance dos resultados constantes deste Plano, em atendimento à premissa da Gestão para Resultados.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2024-2027 consiste no desenvolvimento e na articulação de instrumentos necessários à viabilização e ao acompanhamento dos resultados dos eixos e temas e dos objetivos e das entregas dos programas, essencialmente dos finalísticos, de modo a garantir a realização da dimensão estratégica do planejamento e da ação governamental.

Art. 12. As revisões, o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual 2024-2027 constituem instrumentos fundamentais para aprimorar a atuação estadual por meio dos programas idealizados, possibilitando o realinhamento das intervenções realizadas e implicando na renovação das estratégias adotadas para o alcance dos resultados pretendidos.

Seção II
Das Revisões

Art. 13. Considera-se revisão do PPA 2024-2027 a inclusão, exclusão, alteração ou adequação de eixos, temas e programas.

§ 1.º A revisão de que trata o caput, ressalvados os casos de adequação, dispostos nos §§ 4.º e 5.º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei, sempre que necessário, no caso de inclusão ou exclusão de eixos, temas e programas, incluindo os temas transversais.

§ 2.º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam eixos, temas e/ou programas deverão conter todos os respectivos atributos desses elementos.

§ 3.º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou alteração de objetivos específicos e entregas, com respectivas metas, bem como a inclusão de ações que não necessitem de aporte de recursos orçamentários.

§ 4.º O Poder Executivo, para alinhar a implementação do Plano à dinâmica do panorama socioeconômico, para aperfeiçoar a mensuração dos seus resultados e para atender ao disposto nas leis orçamentárias anuais e nos créditos adicionais, fica autorizado a, por meio de decreto, promover a adequação dos eixos, temas e programas no caso de:

- I – inclusão, exclusão ou alteração de indicadores estratégicos e temáticos, com correspondentes metas, bem como redefinição das metas dos indicadores;
- II – melhoria nos enunciados dos indicadores estratégicos e temáticos e dos objetivos específicos, desde que não altere sua finalidade precípua;
- III – redefinição do quantitativo e da regionalização das metas das entregas; e
- IV – ajuste nas vinculações entre ações e entregas, visando à garantia da integração dos instrumentos de planejamento.

§ 5.º O Poder Executivo fica autorizado também a, de forma gerencial, promover as seguintes adequações:

- I – alterar o órgão gestor do Programa;
- II – ajustar a definição das entregas, quando necessário, para tornar a linguagem mais clara e acessível, desde que não implique em alteração de sua essência;
- III – ajustar vinculações das entregas às Diretrizes Regionais, aos Temas Transversais, ao Planejamento de Longo Prazo e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- IV – atualizar os Anexos desta Lei a partir dos processos de revisão; e
- V – ajustar o ano e o valor de referência dos indicadores estratégicos e temáticos.

§ 6.º Caberá à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – Seplag definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para a realização das situações de revisão de que trata o caput deste artigo.

§ 7.º O Poder Executivo, para proporcionar execução de estratégias urgentes e não previstas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, fica autorizado a, por meio de decreto, promover a alteração de programas, nas situações previstas no § 3.º deste artigo, dando imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Seção III
Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 14. O Plano Plurianual será monitorado quadrimestralmente para averiguação de seu desempenho ao longo de sua vigência, considerando as variações no comportamento dos indicadores e as realizações dos programas.

§ 1.º Caberá à Seplag, como coordenadora do planejamento estadual, definir diretrizes, abrangência e orientações técnicas para o monitoramento do Plano junto aos órgãos e às entidades estaduais.

§ 2.º O monitoramento da Base Tática do Plano contempla as seguintes etapas:

- I – acompanhamento da execução das entregas, de forma regionalizada, bem como o relato das possíveis dificuldades, com foco na consecução das metas planejadas;
- II – monitoramento dos programas finalísticos, contendo a consolidação das principais realizações e análise geral da execução a partir das informações registradas no acompanhamento das entregas.

§ 3.º O monitoramento dos indicadores estratégicos e temáticos será realizado anualmente, ou em período menor, durante o monitoramento quadrimestral, caso haja disponibilidade de dados, e na perspectiva da análise de seu comportamento, relacionando-o à meta estabelecida, no caso dos indicadores temáticos, considerando, também, a sua relação com as entregas do PPA que influenciam em seu resultado.

§ 4.º Os períodos de monitoramento do Plano serão acumulativos e assim definidos: janeiro a abril, janeiro a agosto e janeiro a dezembro de cada ano de vigência do Plano.

§ 5.º Para cada período mencionado no § 4.º, os órgãos e as entidades executores do Plano terão até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após o término do quadrimestre correspondente, para a realização de todas as etapas do monitoramento da Base Tática do Plano, mencionadas nos incisos I a II do § 2.º deste artigo.

§ 6.º O eventual descumprimento do prazo estabelecido no § 5.º ensejará automaticamente bloqueio do Programa para execução orçamentária, até que a situação seja normalizada, ressalvados os casos em que nenhum órgão ou entidade executora do Programa tenha dado ensejo ao referido descumprimento de prazo.

§ 7.º As informações sobre o monitoramento do PPA 2024-2027 serão disponibilizadas, em formato sintético e com linguagem simplificada e de fácil acesso, no sítio eletrônico da Seplag e na Plataforma Ceará Participativo, para amplo acesso dos órgãos de controle e da sociedade.

§ 8.º No último ano de vigência do PPA, excepcionalmente, será realizado apenas o monitoramento do segundo e do terceiro quadrimestres, considerando ser um ano de nova gestão governamental, que historicamente implica em mudanças na estrutura administrativa do estado, bem como ser também um ano de elaboração de um novo PPA.

Art. 15. O Poder Executivo realizará avaliações bienais do Plano, disponibilizando seus resultados por meio de um relatório para consulta ampla no sítio eletrônico da Seplag e na Plataforma Ceará Participativo.

Parágrafo único. O Relatório de Avaliação de que trata o caput conterà análise de eficiência, eficácia e efetividade da implementação do Plano, contendo, no mínimo:

- I – avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas consideradas quando da elaboração do Plano;
- II – avaliação do desempenho da Base Estratégica, tendo como referência a análise do comportamento dos indicadores estratégicos e temáticos em relação às expectativas de desempenho esperadas;
- III – avaliação dos programas finalísticos, considerando o cumprimento das metas das entregas que contribuíram para o alcance dos objetivos específicos e resultados;
- IV – demonstrativo da execução orçamentária acumulada, conforme os períodos de que trata o caput deste artigo, por Região de Planejamento, Eixo, Tema e Programa Finalístico; e
- V – avaliação acerca da implementação das diretrizes regionais priorizadas pela sociedade no processo de planejamento participativo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Poder Executivo publicará, no prazo de até 90 (noventa) dias após a aprovação do Plano Plurianual e de suas revisões, o Plano atualizado, incorporando todos os ajustes realizados pelo próprio Poder Executivo e as alterações promovidas pela Assembleia Legislativa, quando for o caso.

Art. 17. A Seplag manterá em seu sítio na internet o Plano Plurianual, devendo atualizá-lo, incorporando as alterações advindas de suas revisões.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de dezembro de 2023.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: PLANO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação, em folha de pagamento, de plano de cargos, carreiras e remuneração/salário de servidores efetivos e empregados públicos no âmbito dos órgãos e entidades estaduais.

Título: PROVA DE VIDA REALIZADA

Definição: Refere-se à promoção da comprovação de que a pessoa - servidora pública ativa, aposentada, pensionista, da reserva e da reforma do estado do Ceará - está viva, e no caso das beneficiárias da Previdência Estadual, podem continuar recebendo o benefício. Tal procedimento ocorre de forma periódica e busca evitar fraudes e pagamentos indevidos.

Metas Físicas e Financeiras								
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AGENTE PÚBLICO BENEFICIADO	Unidade	Não	2.085	6.770.016,00	2.085	21.391.561,00	2.085	28.161.577,00
ATENDIMENTO DE PERÍCIA REALIZADO	Unidade	Sim	24.360	10.000,00	73.080	76.000,00	97.440	86.000,00
ATENDIMENTO DE SAÚDE REALIZADO	Unidade	Sim	1.758.809	347.529.000,00	8.330.471	1.064.189.000,00	10.089.280	1.411.718.000,00
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	20.000	500.000,00	61.200	1.638.840,00	81.200	2.138.840,00
EQUIPAMENTO MANTIDO	Unidade	Não	3	825.000,00	3	2.950.278,00	3	3.775.278,00
PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATENDIDA	Unidade	Não	158	847.000,00	163	1.542.000,00	163	2.389.000,00
PLANO IMPLANTADO	Unidade	Sim	4	30.000,00	7	71.889,00	11	101.889,00
PROVA DE VIDA REALIZADA	Unidade	Sim	1	8.000.000,00	3	24.600.915,00	4	32.600.915,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 423.5 - Assegurar a plena execução dos sistemas auxiliares corporativos de gestão de pessoas e gestão previdenciária, bem como dos serviços de assistência à saúde.

Entregas

Título: INSTITUIÇÃO ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à instituições públicas prestadoras de serviços educacionais em planejamento e gestão pública, previdenciários, socioassistenciais e periciais com melhoria de estrutura física, aquisição de equipamentos, mobiliário, recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, entre outros.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: INSTITUTO DE SAÚDE MANTIDO

Definição: Refere-se ao custeio de manutenção das atividades finalísticas do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado (Issec), a exemplo da prestação de serviço por meio da empresa de auditoria técnica de saúde, da empresa de guarda de arquivos do ISSEC, folha de pagamento dos servidores, INSS patronal, prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada, compra de passagens aéreas.

Título: SISTEMA DE GESTÃO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se aos sistemas auxiliares de gestão de pessoas e de gestão previdenciária, que passam por iniciativas de integração e melhorias nos processos específicos, envolvendo, e não se limitando a, desenvolvimento de soluções tecnológicas, institucionalização de redes, atualização normativa e implementação de planos de gestão.

Título: SISTEMA DE GESTÃO MANTIDO

Definição: Refere-se à manutenção das atividades finalísticas no contexto dos sistemas auxiliares de gestão de pessoas e gestão previdenciária, a exemplo da folha de pagamento e outras despesas de natureza continuada, em essência.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras					
		2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
INSTITUIÇÃO ESTRUTURADA	Unidade	Não	3	5.420.000,00	3	17.847.738,00	23.267.738,00
INSTITUTO DE SAÚDE MANTIDO	Unidade	Não	1	10.278.794,00	1	33.977.182,00	44.255.976,00
SISTEMA DE GESTÃO ESTRUTURADO	Unidade	Não	2	50.000,00	2	110.000,00	160.000,00
SISTEMA DE GESTÃO MANTIDO	Unidade	Não	1	15.792.112,00	1	54.787.768,00	70.579.880,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	406.504.501,00	1.259.281.045,00	1.665.785.546,00
DESPESAS CORRENTES	398.549.501,00	1.233.235.545,00	1.631.785.046,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.955.000,00	26.045.500,00	34.000.500,00
Total	406.504.501,00	1.259.281.045,00	1.665.785.546,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro	2024	2025-2027	Total
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	10.000,00	30.000,00	40.000,00
08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	4.300.000,00	14.708.826,00	19.008.826,00
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	769.007,00	769.007,00
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	1.500.000,00	4.979.008,00	6.479.008,00
13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	200.000,00	30.000,00	230.000,00
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	150.000,00	0,00	150.000,00
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	10.000,00	450.000,00	460.000,00
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	10.000,00	32.434,00	42.434,00
24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	10.000,00	101.889,00	111.889,00
27000000 - SECRETARIA DA CULTURA	10.000,00	20.000,00	30.000,00
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	10.000,00	0,00	10.000,00
29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	0,00	10.000,00	10.000,00
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	50.000,00	50.000,00
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	50.000,00	195.000,00	245.000,00
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	10.000,00	60.000,00	70.000,00
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	300.000,00	300.000,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	412.579,00	60.000,00	472.579,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	0,00	30.000,00	30.000,00
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	300.000,00	300.000,00
42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE	0,00	20.000,00	20.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	10.000,00	30.000,00	40.000,00
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	21.569.956,00	73.224.466,00	94.794.422,00
46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	7.637.172,00	24.802.254,00	32.439.426,00
46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	13.064.794,00	42.384.182,00	55.448.976,00
46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	70.000,00	226.800,00	296.800,00
46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	348.000.000,00	1.064.600.000,00	1.412.600.000,00
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	9.270.000,00	30.247.179,00	39.517.179,00

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

56200006 - AGÊNCIA DE DEFESAAGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	150.000,00	0,00	150.000,00
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	40.000,00	120.000,00	160.000,00
69000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	10.000,00	0,00	10.000,00
Total	406.504.501,00	1.259.281.045,00	1.665.785.546,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

424 - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO GOVERNO DO CEARÁ

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores

- 30000000 - CASA CIVIL
- 30200003 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ
- 41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
- 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
- 46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Justificativa: O ambiente e ecossistema digital, que se encontra em ritmo acelerado e constante de transformação, estão presentes em todas as áreas da sociedade. A importância de investimentos no campo da transformação digital que já vinha ganhando enfoque foi ressaltada pelo evento pandêmico que ratificou a urgência de fomentar a inclusão digital na população, ampliar a disponibilidade dos serviços e reduzir a demanda de deslocamento.

Nesse sentido, o governo federal tem fomentado políticas e práticas de transformação digital e por meio do portal Gov.br disponibiliza mais de 4,6 mil serviços para acesso ao cidadão, dos quais 4.188 são disponibilizados de forma digital, segundo dados do portal gov.br de setembro de 2023.

Na esteira desse movimento nacional, e com foco no cidadão, foi instituído por meio do Decreto nº 34.807, de 22 de junho de 2022, o Portal Único de Serviços do Governo do Estado, intitulado Ceará Digital (cearadigital.ce.gov.br). Por meio desse canal são disponibilizados mais de 2,1 mil serviços dos quais quase 400 (cerca de 18%) de forma digital, segundo dados do Ceará Digital de setembro de 2023. Sobre essa temática da transformação digital no Governo do Ceará, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou, em 2020, uma pesquisa por meio de entrevista telefônica assistida por computador na qual se identificou que 52% do público cearense está satisfeito com os serviços públicos digitais ofertados e 41,5% desse percentual relata ter dificuldades na utilização dos referidos serviços.

Atualmente, na gestão pública estadual, existem processos e instrumentos de relacionamento com o cidadão que visam a atender a transparência, o controle e a participação social e a prestação dos serviços públicos. Entretanto, a estrutura do governo enfrenta ainda muitos desafios relacionados à disponibilidade, tempestividade e qualidade na prestação de seus serviços, que comprometem o nível de confiança e satisfação do cidadão em relação ao Governo. Dentre as tendências fomentadas pelo Governo Federal estão as voltadas para a transparência e controle social. É o caso da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011), que encarrega órgãos e entidades do poder público a assegurar o acesso do cidadão às informações governamentais.

Outra tendência é tomar os dados acessíveis ao público como dados abertos. O Decreto Federal nº 8.777, publicado em 11/05/2016, institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a qual aborda a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e a melhor oferta de serviços públicos para o cidadão.

O Governo do Ceará, seguindo as recomendações do governo federal, publicou o Decreto nº 34.895, de 08 de agosto de 2022, norteando ações de transformação digital, e assinou contrato com o BID, no âmbito da operação de crédito Ceará Mais Digital, captando, por meio dessa fonte, os recursos para desenvolver várias iniciativas.

O governo estadual, por meio deste programa no PPA 2024-2027, norteado pelas legislações vigentes, objetiva implementar a transformação digital da gestão pública estadual;



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

melhorar a disponibilidade, o acesso e o uso dos serviços públicos pelo cidadão; ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais; e fomentar o controle e a participação social. Dentre os benefícios gerados, espera-se a ampliação do acesso aos serviços públicos, a otimização dos gastos, a melhoria e eficiência da gestão pública e o aumento da confiança da sociedade no Governo.

Público Alvo: Órgãos e entidades do poder executivo estadual; cidadãos; e instituições privadas.

Objetivo Específico

Título: 424.1 - Expandir o acesso aos serviços públicos digitais.

Entregas

Título: PLATAFORMA DIGITAL OFERTADA

Definição: Refere-se à implementação de plataforma para interagir com os cidadãos no âmbito do Governo Digital, permitindo atender cidadãos 24/7, além de um Chatbot de Atendente Virtual Inteligente.

Título: SERVIÇO DIGITAL OFERTADO

Definição: Refere-se à disponibilização de serviços governamentais ao cidadão por meio do Portal Único de Serviços - Ceará Digital. A prestação dos serviços ocorre por meio digital, onde não há a necessidade de comparecimento do usuário ao local onde o serviço é oferecido; parcialmente digital, onde uma parte é realizada por meio digital e a outra parte, presencial); e automatizada, onde se utiliza atendimento robotizado ou autosserviços, embora possa incluir intervenção humana em momentos específicos. O número total de serviços oferecidos e a proporção de serviços digitalizados podem variar ao longo do tempo, por conta da atualização das informações da Carta de Serviços, sendo esta um instrumento onde podem ser agregados ou removidos serviços de acordo com as estratégias de governo e a necessidade dos cidadãos.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
PLATAFORMA DIGITAL OFERTADA	Unidade	Sim	0	10.000,00	1	14.096.688,00
SERVIÇO DIGITAL OFERTADO	Unidade	Sim	39	8.625.128,00	447	18.628.564,00
					486	27.253.692,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 424.2 - Melhorar a eficiência nos processos de gestão pública.

Entregas

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se a treinamentos e transferências tecnológicas das soluções providas pelo Laboratório Iris para os cidadãos e instituições públicas.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	
Definição: Refere-se ao modelo de gestão da mudança voltado à preparação das pessoas e instituições para a transformação digital.	
Título: MODELO DE GOVERNANÇA IMPLANTADO	
Definição: Refere-se ao modelo de governança e estratégia de transformação digital.	
Título: PLATAFORMA DIGITAL OFERTADA	
Definição: Refere-se à plataforma de interoperabilidade de serviços, para promover a integração dos sistemas e serviços digitais.	
Título: PROCESSO ADEQUADO	
Definição: Refere-se ao processo corporativo que passou por melhorias e adequações visando a digitalização e, ou, automatização.	
Título: PROCESSO DIGITALIZADO	
Definição: Refere-se à digitalização de processos para tornar mais céleres as concessões de aposentadoria e pensão por morte, visando atender à determinação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	
Título: SOLUÇÃO DE DADOS IMPLANTADA	
Definição: Refere-se ao Big Data Ceará implantado, solução voltada à integração, gerenciamento e análise de um conjunto de dados maior e mais complexo do que os softwares tradicionais de processamento de dados conseguem gerenciar.	
Título: SOLUÇÃO DIGITAL OFERTADA	
Definição: Refere-se a soluções digitais, tais como aplicativos, sites e sistemas, voltadas à gestão e compartilhamento de dados, com base na metodologia de simplificação desenvolvida pelo Laboratório Iris para uso dos cidadãos e instituições públicas.	
Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	
Definição: Refere-se a sistemas ou outras soluções de TIC implantados por órgãos e entidades da administração pública estadual.	



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	100.000,00	6	300.000,00	8	400.000,00	
MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Unidade	Não	0	628.645,00	1	3.009.014,00	1	3.637.659,00	
MODELO DE GOVERNANÇA IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	407.237,00	1	742.982,00	1	1.150.219,00	
PLATAFORMA DIGITAL OFERTADA	Unidade	Não	0	225.000,00	1	3.105.000,00	1	3.330.000,00	
PROCESSO ADEQUADO	Unidade	Sim	1	3.605.821,00	3	25.283.136,00	4	28.888.957,00	
PROCESSO DIGITALIZADO	Unidade	Sim	8.000	2.173.906,00	21.000	7.350.000,00	29.000	9.523.906,00	
SOLUÇÃO DE DADOS IMPLANTADA	Unidade	Sim	0	1.612.633,00	1	3.780.458,00	1	5.393.091,00	
SOLUÇÃO DIGITAL OFERTADA	Unidade	Sim	1	0,00	3	0,00	4	0,00	
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	0	1.214.099,00	2	1.783.000,00	2	2.997.099,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 424.3 - Promover a abordagem centrada no usuário dos serviços públicos digitais.

Entregas

Título: SOLUÇÃO DIGITAL IMPLANTADA
Definição: Refere-se à plataforma interativa implantada para engajar cidadãos na digitalização de serviços públicos, participando ativamente por meio de consultas e/ou pesquisas, contribuindo para aprimorar a oferta de serviços e promover a participação social eficaz.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
SOLUÇÃO DIGITAL IMPLANTADA	Unidade	Sim	0	120.000,00	1	360.000,00	1	480.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 424.4 - Ampliar mecanismos de defesa cibernética e de proteção de dados.

Entregas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: SEGURANÇA CIBERNÉTICA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à estruturação de uma Arquitetura de Segurança Corporativa que aumente a eficácia da segurança cibernética de organizações estaduais para garantir e proteger os serviços digitais disponibilizados, considerando novos aplicativos de segurança cibernética, infraestrutura de TIC existente, operações, recursos humanos de TIC e capacitação.

Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à solução especializada em proteção de dados corporativos de acordo com as normas e diretrizes de segurança da informação.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
SEGURANÇA CIBERNÉTICA ESTRUTURADA	Unidade	Não	0	383.566,00	1	5.214.360,00	5.597.926,00
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	0	10.000,00	1	3.049.877,00	3.059.877,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 424.5 - Garantir a execução adequada dos projetos de Transformação Digital do Governo do Estado.

Entregas

Título: UNIDADE DE GESTÃO MANTIDA

Definição: Refere-se à manutenção da unidade que presta serviços de apoio técnico para a gestão do projeto voltado à Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará (Programa Ceará Mais Digital), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo a equipe do projeto, consultorias para avaliação e auditoria.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
UNIDADE DE GESTÃO MANTIDA	Unidade	Não	1	600.287,00	1	445.286,00	1.045.573,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	19.716.322,00	87.148.365,00	106.864.687,00
DESPESAS CORRENTES	2.273.906,00	7.650.000,00	9.923.906,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.442.416,00	79.498.365,00	96.940.781,00
Total	19.716.322,00	87.148.365,00	106.864.687,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
30000000 - CASA CIVIL		100.000,00	300.000,00
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO		17.442.416,00	79.498.365,00
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ		2.173.906,00	7.350.000,00
Total		19.716.322,00	87.148.365,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

425 - GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores

- 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
- 58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA
- 65000000 - SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Justificativa: O Ceará apresentava uma população de mais de 8,8 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para atender essa população, o Governo do Estado disponibilizou, segundo a Carta de Serviços do Cidadão, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.130/2017, mais de 2 mil serviços públicos em 2022, que se diversificam conforme a demanda dos diversos públicos-alvo e do Governo. Para o ato de governar, que em um regime democrático requer o compartilhamento de decisões, é necessário um conjunto de diretrizes, estratégias, políticas e práticas de governança pública compartilhada, que esteja em consonância com a política de governança da administração pública federal, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.203/2017 e pelo PL nº 9.163/2017.

A governança impulsiona a Gestão mediante processos, projetos, planos e práticas, cujos meios, recursos, parcerias e materiais viabilizam a oferta de bens e serviços públicos. A governança compartilhada com diversos segmentos organizados da sociedade cearense está amparada na Emenda Constitucional nº 14/2022, cujo Art. 203, §2º, expressa o alinhamento do plano estratégico de longo prazo do Estado do Ceará aos princípios da Gestão democrática compartilhada para resultados e da participação cidadã.

O Governador do Estado, em 2023, motivado em realizar parte da visão de futuro de desenvolvimento de longo prazo do Ceará e priorizar os bens e serviços públicos que serão ofertados, obteve, na Assembleia Legislativa, a aprovação da Lei da Reforma Administrativa nº 18.310/2023. Na sequência, nomeou 73 agentes políticos para dirigir 42 órgãos da Administração Direta e 31 entidades da Administração Indireta. Existiam, em dezembro de 2022, cerca de 41 órgãos colegiados e 77 representações institucionais, entre conselhos de políticas públicas, fiscais de administração e comitês, muitos dos quais com representação da sociedade civil. Importa identificar a convergência entre essas representações, a fim

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

de propor modelo(s) de governança adequados, que viabilizem a discussão de pautas que confluem para a otimização de resultados.

Considerando que os agentes públicos precisam conhecer a proposta de valor que caracteriza cada órgão/entidade, bem como seus clientes. Foram elaboradas, em 2022, sob a coordenação da Seplag, 35 cadeias de valor de órgãos e entidades do Executivo. É a partir da identificação dos macroprocessos dessas cadeias que é possível conhecer a arquitetura de processos. Além disso, é necessário promover o engajamento dos agentes públicos na transformação da cultura organizacional, voltada à agilidade (adaptabilidade), à inovação e à Gestão pública baseada em evidências, para subsidiar a tomada de decisão e avançar na melhoria do serviço público. Assim, cumpre ao Governo promover o processo de Gestão da mudança, motivando e desenvolvendo seus agentes para a medição do desempenho da Gestão.

Entre os sistemas auxiliares de competência da Seplag, que dão suporte ao Executivo estadual, expressos no Art. 8º da Lei nº16.710/2018, destacam-se a Gestão de compras; de patrimônio e material; de logística; de serviços terceirizados; de modernização administrativa; e de tecnologia da informação e comunicação. Os governos têm papel importante na busca da sustentabilidade por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No sentido de reduzir o uso de papel dos processos administrativos estaduais, a Seplag treinou 64 órgãos para utilizarem o Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (Suite), conseguindo que 13,5 mil usuários de 59 órgãos abrissem quase 71 mil processos.

Por fim, as melhorias contínuas nos processos, nas políticas públicas e nos sistemas auxiliares, e a adesão de órgãos e entidades estaduais aos objetivos e entregas deste Programa, construirão os alicerces de governança e Gestão pública do Poder Executivo e a visão de futuro de desenvolvimento de longo prazo do Estado de forma assertiva, efetiva e responsável.

Público Alvo: Tomadores de decisão, gestores de equipe e técnicos das instituições públicas estaduais do Ceará, órgãos e entidades públicas e sociedade.

Objetivo Específico

Título: 425.1 - Transformar a cultura organizacional, voltando-a para a inovação, a agilidade e a decisão baseada em evidências.

Entregas

Título: EVENTO APOIADO

Definição: Consiste em apoiar órgãos governamentais e não-governamentais na realização de eventos relacionados ao desenvolvimento da gestão pública.

Título: INSTITUIÇÃO APOIADA

Definição: Consiste em apoiar órgãos e instituições em ações que visam fortalecer o desenvolvimento da gestão, governança e inovação, na implementação de políticas públicas no Estado do Ceará.

Título: MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à modelo de gestão ágil de projetos, idealizado e disponibilizado para adoção pelas instituições estaduais.

Título: PLANO ELABORADO

Definição: Refere-se ao plano estruturado para promover a implementação da gestão da mudança na cultura organizacional, preparando as pessoas e as equipes para a inovação.

Título: SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se ao Sistema de Gestão Baseada em Evidências, implementado para a promoção da tomada de decisão baseada em quatro fontes principais de evidências: pesquisas científicas, informações levantadas dentro da própria organização (gestão de dados), experiência profissional, e valores/preocupações das partes interessadas. A adoção desse modelo de gestão promove a implantação de sistemas de medição de desempenho e de painéis de gestão à vista.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras											
Entregas			2024				2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
EVENTO APOIADO	Unidade	Sim	4	500.000,00			8	2.250.000,00	12	2.750.000,00	
INSTITUIÇÃO APOIADA	Unidade	Não	14	280.000,00			14	1.260.000,00	14	1.540.000,00	
MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Unidade	Não	1	30.000,00			1	180.000,00	1	210.000,00	
PLANO ELABORADO	Unidade	Sim	1	30.000,00			2	60.000,00	3	90.000,00	
SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO	Unidade	Não	1	30.000,00			1	180.000,00	1	210.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 425.2 - Fortalecer a estratégia organizacional das instituições estaduais.

Entregas

Título: INSTRUMENTO DE GESTÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se a instrumentos de gestão voltados a melhoria do desempenho institucional dos órgãos e entidades do Poder Executivo, dentre os quais encontra-se o modelo de gestão por processos, o planejamento estratégico e o modelo de maturidade em governança e gestão.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras							Total*
		2024			2025 - 2027				
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
	Unidade	Não	3	0,00	3	0,00	3	0,00	
INSTRUMENTO DE GESTÃO IMPLANTADO									
									0,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 425.3 - Fortalecer a governança das políticas públicas na perspectiva do alcance de resultados.

Entregas

Título: MODELO DE GOVERNANÇA ELABORADO

Definição: Refere-se ao modelo de governança de colegiados cujas deliberações alcançam órgãos e entidades do poder executivo estadual e ao modelo de governança de conselhos relacionados a políticas públicas específicas setoriais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024			2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
MODELO DE GOVERNANÇA ELABORADO	Unidade	Sim	0	30.000,00	2	105.000,00
					Físico	Financeiro
					2	135.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 425.4 - Conectar as práticas das instituições públicas aos princípios da sustentabilidade ambiental, social e de governança pública, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Entregas

Título: AÇÃO IMPLANTADA

Definição: Refere-se à ação implantada no contexto da adoção de boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG, do inglês "Environmental, Social and Governance"), em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o propósito de contribuir com a preservação dos recursos naturais, de conectar a instituição pública às políticas sociais e de avançar nos princípios de uma gestão íntegra.

Título: CENTRO ADMINISTRATIVO GERIDO

Definição: Refere-se ao Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará, Governador Virgílio Távora, gerido quanto aos aspectos de administração e organização dos processos relativos à rotina do condomínio, bem como à proteção do patrimônio, ao zelo pela segurança das pessoas e dos bens públicos e à preservação dos recursos naturais nele contidos.

Título: ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Refere-se a estudos e projetos voltados à concretização de uma aliança com o setor privado, de modo a promover uma gestão condominial mais eficiente e sustentável.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024			2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AÇÃO IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	30.000,00	6	180.000,00
CENTRO ADMINISTRATIVO GERIDO	Unidade	Não	1	1.763.000,00	1	6.183.438,00
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS	Unidade	Sim	1	30.000,00	0	60.000,00
					Físico	Financeiro
					1	90.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 425.5 - Assegurar a plena execução dos sistemas auxiliares de Gestão corporativa.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Entregas

- Título:** SISTEMA DE GESTÃO ESTRUTURADO

Definição: Referem-se aos sistemas auxiliares de modernização administrativa, de material e patrimônio, de gestão corporativa de compras, de logística de transporte de agentes públicos em serviço, de serviços terceirizados, e de tecnologia da informação e comunicação, que passam por iniciativas de integração e melhorias nas políticas e processos específicos, envolvendo, dentre outras, institucionalização de redes, atualização normativa e implementação de planos de gestão.
- Título:** SISTEMA DE GESTÃO MANTIDO

Definição: Refere-se à manutenção das atividades finalísticas no contexto dos sistemas auxiliares de modernização administrativa, de material e patrimônio, de gestão corporativa de compras, de logística de transporte de agentes públicos em serviço, de serviços terceirizados, e de tecnologia da informação e comunicação (a exemplo da folha de pagamento e outras despesas de natureza continuada, em essência).

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
SISTEMA DE GESTÃO ESTRUTURADO	Unidade	Não	6	40.000,00	6	360.000,00	400.000,00
SISTEMA DE GESTÃO MANTIDO	Unidade	Não	6	10.005.000,00	6	35.327.295,00	45.332.295,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 425.6 - Ampliar o diálogo entre o Governo do Estado e os atores das diversas instâncias políticas governamentais e da sociedade civil cearense.

Entregas

- Título:** AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se às ações de articulação política realizadas por meio de reuniões, eventos, atividades com prefeitos, deputados estaduais e federais, movimentos sociais e sociedade civil.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	14	150.000,00	0	485.926,00	635.926,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 425.7 - Ampliar o impacto social de programas e projetos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas, e pela sociedade civil organizada.

Entregas

Título: ASSESSORIA REALIZADA

Definição: Consiste em promover e apoiar o desenvolvimento de projetos por meio de serviço de assessoria a órgãos, entidades públicas e sociedade civil organizada.

Título: ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Refere-se à elaboração de estudos e pesquisas necessários para o desenvolvimento e acompanhamento de programas e projetos, voltados a órgãos governamentais e não governamentais.

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio à elaboração de projetos, objetivando a modernização administrativa e a implementação de programas e iniciativas em benefício do cidadão cearense.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
ASSESSORIA REALIZADA	Unidade	Sim	1	500.000,00	3	2.250.000,00	4	2.750.000,00	
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS	Unidade	Sim	1	500.000,00	3	1.500.000,00	4	2.000.000,00	
PROJETO APOIADO	Unidade	Sim	2	500.000,00	6	1.500.000,00	8	2.000.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	14.418.000,00	51.881.659,00	66.299.659,00
DESPESAS CORRENTES	14.138.000,00	47.561.659,00	61.699.659,00
DESPESAS DE CAPITAL	280.000,00	4.320.000,00	4.600.000,00
Total	14.418.000,00	51.881.659,00	66.299.659,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO		11.988.000,00	42.635.733,00	54.623.733,00
58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA		2.280.000,00	8.760.000,00	11.040.000,00
65000000 - SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA		150.000,00	485.926,00	635.926,00
Total		14.418.000,00	51.881.659,00	66.299.659,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores

- 01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR
- 46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV
- 46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR
- 46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID

Justificativa: Este Programa é voltado ao pagamento das obrigações previdenciárias junto a servidores inativos, civis e militares, e pensionistas.

Público Alvo: Servidores inativos, civis e militares e pensionistas.

Objetivo Específico

Título: 426.1 - Promover, com qualidade e eficiência, a Gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará.

Entregas

Título: Não se aplica
Definição: Por sua característica de Programa Especial, não há geração de entregas para a sociedade ou para o governo.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras						Total*	
Título	Unidade	Acum.	2024		2025 - 2027			Físico	Financeiro
			Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro		
Não se aplica	-	-	0	5.508.001.194,00	0	17.881.039.212,00	0	23.389.040.406,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	5.508.001.194,00	17.881.039.212,00	23.389.040.406,00
DESPESAS CORRENTES	5.062.388.302,00	16.733.359.790,00	21.795.748.092,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	445.612.892,00	1.147.679.422,00	1.593.292.314,00
Total	5.508.001.194,00	17.881.039.212,00	23.389.040.406,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	3.435.737.080,00	11.357.040.000,00	14.792.777.080,00
46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	1.056.439.920,00	3.492.126.000,00	4.548.565.920,00
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	1.015.824.194,00	3.031.873.212,00	4.047.697.406,00
Total	5.508.001.194,00	17.881.039.212,00	23.389.040.406,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- 04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
- 08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
- 08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
- 13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ
- 24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
- 29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
- 29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS
- 29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS
- 31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ
- 31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ
- 36000000 - SECRETARIA DO TURISMO
- 40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
- 43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
- 46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
- 46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
- 46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ
- 46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
- 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
- 57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Justificativa: Este Programa é destinado a pagar as obrigações legais e constitucionais, bem como os serviços da dívida e demais despesas que não contribuem diretamente para a geração de entregas para a sociedade ou para o Governo.

Público Alvo: Governo do Estado do Ceará.

Objetivo Específico

Título: 427.1 - Cumprir os encargos legais e constitucionais sob responsabilidade do Estado.

Entregas

Título: Não se aplica

Definição: Por sua característica de Programa Especial, não há geração de Entregas para a sociedade ou para o Governo.

Metas Físicas e Financeiras					
Entregas			2024		
Título	Unidade	Acum.	2025 - 2027		Total*
			Físico	Financeiro	Financeiro
Não se aplica	-	-	0	12.004.222.003,00	16.041.679.561,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	4.037.457.558,00	12.004.222.003,00	16.041.679.561,00
DESPESAS CORRENTES	2.686.311.820,00	7.027.019.804,00	9.713.331.624,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.351.145.738,00	4.977.202.199,00	6.328.347.937,00
Total	4.037.457.558,00	12.004.222.003,00	16.041.679.561,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO		9.041.931,00	0,00	9.041.931,00
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		5.030.000,00	15.090.000,00	20.120.000,00
08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		6.888.363,00	20.764.427,00	27.652.790,00
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ		55.000,00	300.000,00	355.000,00
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE		50.000,00	158.559,00	208.559,00
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS		8.922.636,00	24.300.000,00	33.222.636,00
29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS		40.000,00	120.000,00	160.000,00
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS		30.000,00	90.000,00	120.000,00
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ		50.000,00	150.000,00	200.000,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ		50.000,00	150.000,00	200.000,00
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO		20.000,00	60.000,00	80.000,00
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		3.858.362.132,00	11.596.894.144,00	15.455.256.276,00
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES		117.895.621,00	251.030.000,00	368.925.621,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS		10.683.002,00	32.049.006,00	42.732.008,00
46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ		1.048.000,00	3.348.000,00	4.396.000,00
46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ		130.087,00	426.399,00	556.486,00
46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ		18.000.000,00	55.508.522,00	73.508.522,00
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ		50.000,00	187.571,00	237.571,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		10.000,00	30.000,00	40.000,00
56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ		280.786,00	900.000,00	1.180.786,00
57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE		820.000,00	2.665.375,00	3.485.375,00
Total		4.037.457.558,00	12.004.222.003,00	16.041.679.561,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

428 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE ATIVOS

Órgão Gestor: 19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Órgãos Executores

19200005 - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Justificativa: A Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará (CearaPar) é uma empresa estatal vinculada à Sefaz, autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/18 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 34.238/21, com o objetivo de gerir seus ativos, os do Estado e de suas entidades e empresas vinculadas, no intuito de promover a geração, otimização e melhor risco/retorno possível, por sua aplicação e gestão eficientes, bem como auxiliar nas políticas de desenvolvimento econômico do Estado e na gestão da dívida pública. As perspectivas que norteiam as ações da CearaPar se alinham às políticas públicas do Estado, no que tange aos resultados esperados e às premissas de sustentabilidade socioambiental e econômico-financeira, proporcionando pilares que visam atender aos objetivos das políticas públicas.

A CearaPar tem foco em três tipos de ativos: econômicos, representados pelas participações societárias do Estado em empresas; imobiliários; e financeiros, representados pelos créditos do Estado, notadamente a dívida ativa. O propósito é fazer cumprir, principalmente, dois objetivos essenciais da política pública: i) otimização do retorno dos ativos públicos do Estado e de suas entidades; e ii) a regulamentação dos serviços de gestão dos ativos. Com relação aos ativos econômicos, segundo dados do Balanço Geral do Estado de 2022 (BGE-2022), observa-se que as participações societárias totalizavam R\$ 4,9 bilhões. Sobre os ativos imobiliários, observa-se um patrimônio de R\$ 23,9 bilhões, com parte significativa não avaliada e sem título de propriedade regularizado. Cabe ressaltar a quase inexistente receita de alienação de ativos. Sobre os ativos financeiros, notadamente a dívida ativa, o Estado tem créditos da ordem de R\$ 11,3 bilhões. Rentabilizar ou melhorar o retorno desses três tipos de ativos é missão da CearaPar, cuja essência está na Modernização da Gestão de Ativos, que inclui promover a otimização do retorno dos ativos do Estado, que só será alcançada mediante a execução do serviço de assessoria aos órgãos da Administração Pública estadual, no sentido de apoiar tecnicamente a elaboração, manutenção e modernização dos ativos por eles gerenciados.

Destaque-se o Art. 2º do Decreto Estadual nº 34.723/23, que torna obrigatória a elaboração dos Planos de Gestão de Ativos Imobiliário para os órgãos da Administração Pública do Estado, incluindo autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, que detenham patrimônio imobiliário. Seu Art. 8º estabelece que compete à CearaPar apoiar tecnicamente a elaboração, manutenção e revisão dos Planos de Gestão de Ativos Imobiliários, razão pela qual é importante desenvolver ou adquirir ferramentas tecnológicas visando controlar informações relevantes para o planejamento, avaliação e gestão dos ativos. No que concerne à gestão de participações societárias, cabe à CearaPar, conforme o Art. 3º do Decreto, estabelecer critérios para "avaliação e classificação das estatais e sociedades empresariais nas quais o Estado do Ceará participe, direta ou indiretamente, tendo em conta, dentre outros, o seu desempenho econômico-financeiro, as práticas adotadas de governança corporativa, a gestão empresarial, o setor de atuação, porte, ações negociadas em bolsas de valores nacionais e internacionais, e o recebimento de recursos do Tesouro Estadual, a título de despesas correntes ou de capital". Com isso, é imperativo que a CearaPar elabore estudos temáticos, para validação das estratégias gerenciais adotadas nos empreendimentos em que o Estado detenha participação societária, como estudos de tendência de mercado, análises de viabilidade financeira, "due diligences", "valuation" e outros. Também é imperativo que a CearaPar desenvolva e estabeleça critérios para avaliação e classificação das estatais e sociedades empresariais nas quais o Estado do Ceará participe.

Público Alvo: Órgãos da Administração Pública do Estado do Ceará, incluindo suas autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Objeto Específico

Título: 428.1 - Promover a geração, otimização e melhor retorno possível dos ativos do Governo do Estado.

Entregas

Título: ASSESSORIA REALIZADA

Definição: Consiste em assessorar os órgãos da Administração Pública do Estado do Ceará, incluindo suas autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, no sentido de apoiar tecnicamente a elaboração, manutenção e revisão constante dos Planos de Gestão de Ativos Imobiliários de todos os órgãos que detenham patrimônio imobiliário.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** CERTIFICADO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à criação de um Farol da Governança, para fins de certificação das estatais, com estabelecimento de critérios para avaliação e classificação das estatais e sociedades empresariais nas quais o Estado do Ceará participe, direta ou indiretamente, tendo em conta, dentre outros, o seu desempenho econômico-financeiro, as práticas adotadas de governança corporativa, a gestão empresarial, o setor de atuação, porte, ações negociadas em bolsas de valores nacionais e internacionais, e o recebimento de recursos do Tesouro Estadual a título de despesas correntes ou de capital.
- Título:** ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Consiste em elaborar estudos temáticos objetivando a validação das estratégias gerenciais adotadas nos empreendimentos em que o Estado do Ceará detenha participação societária, como estudos de tendência de mercado, análises de viabilidade financeira, due diligences, valuation e outros, considerando deliberação do Conag, conforme o caso.
- Título:** SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA

Definição: Consiste em desenvolver ou adquirir ferramentas tecnológicas, com o objetivo de executar o controle de informações relevantes para o planejamento, avaliação e gestão de ativos públicos do Estado do Ceará.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
		Acum.	Unidade	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ASSESSORIA REALIZADA		Não	Unidade	1	14.400.000,00	1	43.200.000,00	1	57.600.000,00
CERTIFICADO IMPLANTADO		Sim	Unidade	1	3.000.000,00	3	9.000.000,00	4	12.000.000,00
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS		Sim	Unidade	1	1.600.000,00	3	4.800.000,00	4	6.400.000,00
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA		Sim	Unidade	1	1.500.000,00	3	4.500.000,00	4	6.000.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
INVESTIMENTOS ESTATAIS	20.500.000,00	61.500.000,00	82.000.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.500.000,00	61.500.000,00	82.000.000,00
Total	20.500.000,00	61.500.000,00	82.000.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
19200005 - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ		20.500.000,00	61.500.000,00	82.000.000,00
Total		20.500.000,00	61.500.000,00	82.000.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

429 - PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E GOVERNANÇA NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Órgão Gestor: 58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA

Órgãos Executores

58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA

Justificativa: A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas bases à engrenagem federativa em nosso país, alterando as relações intergovernamentais. Neste sentido, os estados e os municípios se tornaram atores centrais no processo decisório de implementação das políticas públicas. Com todo esse protagonismo, passou a ser exigido maior capacidade em termos de organização, Planejamento e execução, capazes de implementar políticas públicas de interesse comum a todos os cidadãos. Este debate em torno da capacidade de realização da gestão pública sempre esteve atrelado à qualidade da Gestão administrativa e à modernização permanente dos respectivos processos que envolvem a máquina pública.

Em se tratando de modernização permanente, as discussões caminharam no sentido da adoção de um novo padrão de Gestão, na busca por uma sociedade cada vez mais conectada, com acesso a serviços e transparência. A administração pública no Brasil busca, ao longo de todo esse tempo, se modernizar, porém, não consegue avançar significativamente na velocidade necessária em que as mudanças ocorrem. O mundo se transformou, do analógico para o digital. Nessa perspectiva digital, a tecnologia modificou a forma como as pessoas se relacionam e como as coisas acontecem. Pode-se dizer que os investimentos na governança pública buscam viabilizar que o Estado acompanhe esse desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, cultural. Em se tratando de desenvolvimento da gestão pública, dados de pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontou o Brasil na 16ª posição no Índice de Governo Digital, resultado próximo à média da OCDE. O Brasil ficou acima da média dos países da OCDE e superou nações como Alemanha, Estônia, Países Baixos, Áustria e Irlanda. Todo esse avanço na área se deve às realizações em nível federal. O Brasil conta com mais de 70% da sua carta de serviços federais digitalizados. Todavia, o ambiente da gestão pública foi ainda mais profundamente afetado em todos os níveis pela crise sanitária da Covid-19, que todo o mundo enfrentou. O desenvolvimento de novas ferramentas de Gestão e inovação foram profundamente acelerados pelo aumento da demanda social por serviços online, o que evidenciou sérias fragilidades da máquina pública e a necessidade de investimentos estruturantes para que as gestões adequem seus processos e serviços aos novos padrões da sociedade.

Neste sentido, a Assessoria Especial da Vice-Governadoria, amparada na Lei Estadual nº 16.863, de 15 de abril de 2019, que instituiu a estrutura organizacional do Estado, aliada ao Decreto nº 33.255, de 28 de agosto de 2019, que regulamentou suas competências, atribuindo suas capacidades de coordenação e execução operacional na gestão de projetos e na disseminação da cultura de tecnologia da informação e inovação, por meio de suas Coordenadorias Especiais, apresenta este Programa, visando o Desenvolvimento da Gestão, Governança e Inovação no âmbito das esferas governamentais e entidades parceiras que necessitem de apoio.

Dentre as ações a serem adotadas pelo Programa, temos o apoio a melhorias na Gestão dos órgãos e entidades, que tem como objetivo o apoio à Transformação Digital e a capacitação de gestores e servidores; a expansão dos processos de articulação entre poderes e sociedade civil para o desenvolvimento e implantação de políticas públicas; e a promoção do desenvolvimento institucional e governança no âmbito dos municípios cearenses, com o apoio à modernização administrativa e o desenvolvimento de programas e projetos.

Público Alvo: Atores governamentais dos três Poderes da esfera municipal, instituições parceiras e sociedade civil.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 429.1 - Fortalecer a inclusão digital no âmbito dos governos municipais cearenses.

Entregas

- Título:** CURSO REALIZADO

Definição: Refere-se a uma iniciativa voltada a colaborar com o planejamento e execução de ações de inclusão digital nos municípios cearenses, aprimorando e garantindo o treinamento e capacitação dos agentes públicos municipais.
- Título:** PLANO ELABORADO

Definição: Consiste em elaborar e disponibilizar Planos Municipais de Transformação Digital para os municípios cearenses, com base nos princípios, regras e instrumentos contidos na Lei do Governo Digital (Lei Federal nº 14.129/2021).
- Título:** SISTEMA IMPLANTADO

Definição: Consiste em desenvolver e disponibilizar soluções inovadoras e sistemas de informação e tecnologia para os municípios, que garantam a modernização da gestão pública e melhoria da entrega dos serviços ao cidadão.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
CURSO REALIZADO	Unidade	Sim	1	335.000,00	3	1.107.498,00	4
PLANO ELABORADO	Unidade	Sim	4	330.000,00	16	1.084.998,00	20
SISTEMA IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	1.000.000,00	26	4.500.000,00	27
							5.500.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 429.2 - Ampliar o impacto social de programas e projetos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas, e pela sociedade civil organizada, no âmbito dos municípios cearenses.

Entregas

- Título:** ASSESSORIA REALIZADA

Definição: Consiste em assessorar na expansão da capacidade de uma gestão inovadora, eficiente e efetiva no âmbito dos governos municipais cearenses, por meio do planejamento e execução de atividades voltadas ao desenvolvimento da gestão, governança e inovação.
- Título:** CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Consiste em realizar a capacitação de parceiros de instituições governamentais dos três Poderes e instituições sem fins lucrativos, para a promoção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento institucional e governança no âmbito dos municípios cearenses.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Refere-se à elaboração de estudos e pesquisas necessários para o desenvolvimento e acompanhamento de programas e projetos, voltados a órgãos governamentais e não governamentais.

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio à elaboração de projetos, objetivando a modernização administrativa e a implementação de programas e iniciativas em benefício do cidadão cearense.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
ASSESSORIA REALIZADA	Unidade	Sim	4	800.000,00	12	1.300.000,00	16	2.100.000,00	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	363.629,00	6	1.170.860,00	8	1.534.489,00	
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS	Unidade	Sim	1	0,00	3	0,00	4	0,00	
PROJETO APOIADO	Unidade	Sim	3	0,00	9	0,00	12	0,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	2.828.629,00	9.163.356,00	11.991.985,00
DESPESAS CORRENTES	2.728.629,00	8.713.356,00	11.441.985,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	450.000,00	550.000,00
Total	2.828.629,00	9.163.356,00	11.991.985,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	2024	2025-2027	Total
	2.828.629,00	9.163.356,00	11.991.985,00
Total	2.828.629,00	9.163.356,00	11.991.985,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR
39000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Justificativa: Este Programa destina-se a compor reservas para proporcionar o pagamento de benefícios futuros a contribuintes determinados e outras despesas de caráter eventual.
Público Alvo: Governo do Estado do Ceará.

Objetivo Específico

Título: 999.1 - Constituir reservas financeiras para pagamentos de benefícios futuros a contribuintes determinados e outras despesas de caráter eventual

Entregas

Título: Não se aplica
Definição: Por sua característica de Programa Especial, não há geração de entregas para a sociedade ou para o governo.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Não se aplica	-	-	0	0	26.209.000,00	0	79.068.599,00
						0	105.277.599,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024		2025-2027		Total
	Fiscal / SEGURIDADE SOCIAL	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Fiscal	Financeiro	
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	26.209.000,00		79.068.599,00		105.277.599,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.209.000,00		79.068.599,00		105.277.599,00
Total	26.209.000,00		79.068.599,00		105.277.599,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro				
01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	39000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2024		Total
		Fiscal	Financeiro	
01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR		1.209.000,00	4.068.599,00	5.277.599,00
39000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		25.000.000,00	75.000.000,00	100.000.000,00
Total		26.209.000,00	79.068.599,00	105.277.599,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Resultado Temático: Instituições públicas íntegras e transparentes, com linguagem simples e acessível, promovendo o controle institucional e a participação social de forma ampla e efetiva.

Indicadores do Tema

Título: Índice de Efetividade do Controle Interno (IECI)

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	53,39	60,00	65,00	70,00	75,00

Título: Índice de satisfação dos usuários com os serviços de ouvidoria e Transparência

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	63,17	65,00	68,00	71,00	75,00

Título: Evolução do grau de aderência dos órgãos públicos estaduais ao programa de integridade

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	73,00	75,00	80,00	85,00	90,00

431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Órgão Gestor: 300000000 - CASA CIVIL

Órgãos Executores

300000000 - CASA CIVIL

Justificativa: O Governo do Estado vem promovendo uma administração pública transparente e aberta à participação social, voltada para o atendimento aos anseios da sociedade, oferecendo ambientes de relacionamentos baseados em confiança, Transparência e prestação de contas. Essa postura atende às mudanças de paradigmas observadas na comunicação. A expansão do uso das redes sociais digitais como canal de comunicação direto e sem mediação diminui a distância entre o Poder Público e o cidadão. Neste contexto, destaca-se um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado voltadas para ouvidoria, publicações oficiais, comunicação, imprensa e eventos. A Ouvidoria, como espaço para



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

participação popular, atua permanentemente na escuta imparcial do cidadão, de forma ética e isenta, assegurando seu direito à cidadania e ao acesso a informações. Os Atos e Publicações Oficiais são disponibilizados no Diário Oficial do Estado (DOE), tornando público os atos administrativos e dando, assim, informações à sociedade sobre onde estão sendo utilizados os recursos estaduais, de maneira clara e objetiva, auxiliando no Controle da legalidade e moralidade dos atos governamentais.

A comunicação pública, como ferramenta importante dentro da estratégia de promoção e Transparência das ações realizadas pelo Governo, leva informações ao cidadão, tornando conhecidas as políticas públicas, as instituições da administração estadual e os serviços por eles ofertados. Para isso, a publicidade e imprensa estaduais atuam de forma integrada, realizando a divulgação e promoção das ações, políticas públicas e serviços da Estado, por meio da formulação e publicação de conteúdo esclarecedor em seus canais (redes sociais, portais, newsletter, aplicativos de mensagens, artigos e canais do Youtube, entre outras mídias e produtos), de forma rápida e com grande alcance em todo o território estadual.

Além das formas proativas de comunicação, a publicidade e a imprensa também trabalham a partir da provocação do cidadão, criando conteúdo e fortalecendo o relacionamento e a Transparência a partir das demandas recebidas diariamente nas redes sociais ou a partir dos dados de experiência dos usuários gerados e obtidos nos sites oficiais do Governo. Também são realizadas ações de organização, promoção e mobilidade de eventos para atender aos diversos órgãos e entidades estaduais na divulgação de campanhas e informativos e inaugurações relativos à implementação de políticas públicas na capital e no interior do Estado. Ainda nessa perspectiva, busca-se também apoiar as políticas públicas expandindo a atuação estatal, por meio de uma participação indireta, realizada de entes públicos ou privados sem fins lucrativos, com parceria em regime de mútua cooperação, ampliando o território e os setores de sua atuação, permitindo alcançar comunidades mais necessitadas, bem como apoiar projetos de interesse público, nas áreas sociais, de esporte, educação, crenças religiosas e capacitação profissional, voltados para incentivo à cultura, promoção do crescimento da economia, geração de emprego e renda para melhoria de vida da população, especialmente das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Público Alvo: Cidadãos, instituições governamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sociedade civil e órgãos de imprensa.

Objetivo Específico

Título: 431.1 - Aproximar governo e sociedade.

Entregas

Título: CAMPANHA REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de campanhas e informativos como instrumento educativo, de informação e de orientação social, em mídia diversas, sobre atos, programas, obras e serviços disponibilizados à sociedade.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Refere-se à divulgação de atos oficiais e legais no Diário Oficial do Estado, destinada a informar a população sobre atos administrativos, leis, decretos, portarias, licitações, concursos públicos, nomeações, exonerações e outros eventos relevantes de interesse público.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de eventos oficiais do Governo e de interesse público, dentre eles, solenidade de órgãos e entidades estaduais, inaugurações, eventos culturais e participativos, lançamentos de programas, de campanhas da área da saúde, dentre outros, envolvendo o fornecimento de estrutura para lona, palco, iluminação, som, e no caso de eventos oficiais, banda.

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se à realização de parcerias em regime de mútua cooperação para execução de projetos de interesse público, por meio de entes públicos ou privados, sem fins lucrativos, voltados ao incentivo da cultura, do crescimento da economia e da geração de emprego e renda, expandindo assim a atuação estatal e permitindo alcançar comunidades mais necessitadas.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: SERVIÇO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de serviços de comunicação, contemplando a divulgação de conteúdos nos sites do Governo do Estado, na imprensa em geral, e em mídias diversas, visando dar transparências às ações governamentais e incentivar a participação e o controle social. Dentre eles, destaca-se a divulgação de editais de chamamento, termos de referência, atos convocatórios, termos de justificativa e atos declaratórios.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAMPANHA REALIZADA	Unidade	Sim	29	26.090.000,00	97	117.000.000,00	126	143.090.000,00	
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	240	4.000.000,00	720	12.900.000,00	960	16.900.000,00	
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	1.303	7.418.847,00	3.249	35.924.557,00	4.552	43.343.404,00	
PROJETO APOIADO	Unidade	Sim	142	4.500.000,00	496	32.850.000,00	638	37.350.000,00	
SERVIÇO REALIZADO	Unidade	Sim	4.205	270.000,00	13.749	840.000,00	17.954	1.110.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024		2025-2027		Total
	FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	DESPESAS CORRENTES			
	42.278.847,00	42.278.847,00	199.514.557,00	199.514.557,00	241.793.404,00
Total			199.514.557,00	199.514.557,00	241.793.404,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro				
		2024	2025-2027	Total
30000000 - CASA CIVIL		42.278.847,00	199.514.557,00	241.793.404,00
Total		42.278.847,00	199.514.557,00	241.793.404,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

432 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

Órgão Gestor: 02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Órgãos Executores

02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Justificativa: Gestores públicos, estaduais e municipais, são detentores de um grande volume de bens e recursos, e cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE) analisar e avaliar sua atuação, de forma a verificar o alinhamento com as demandas trazidas pela sociedade. Desempenhar uma gestão orçamentária, financeira e patrimonial, compreender as normas vigentes e possuir habilidades técnicas são uma série de conhecimentos que o gestor público necessita para o desenvolvimento de sua função.

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, órgão de controle externo, busca a contínua orientação dos gestores públicos, para que priorizem as ações do Governo do Estado constantes no Plano Plurianual (PPA) estadual, de forma a obter um impacto positivo em cada comunidade, essencial para a construção de um relacionamento forte dentro da diversidade existente em nossa sociedade. Nesse contexto, o TCE verifica se as metas estabelecidas pelos gestores públicos são alcançáveis, de acordo com os recursos previstos, e se estão claras e mensuráveis, a fim de que sejam avaliadas sua efetividade e eficiência, para que resultados concretos sejam conquistados, melhorando a qualidade de vida da população.

A transparência e a ética são pilares fundamentais no controle da gestão dos recursos públicos, sendo uma estratégia primordial utilizada pelo órgão de controle externo para garantir a prestação de contas e a responsabilidade na administração dos recursos.

Público Alvo: Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e Municipal.

Objetivo Específico

Título: 432.1 - Fomentar a boa e regular aplicação dos recursos públicos por seus administradores e demais responsáveis.

Entregas

Título: FISCALIZAÇÃO JULGADA

Definição: Refere-se ao processos atuados na categoria de instrumentos de controle e aprimoramento da gestão pública, nos termos do Art. 3º, inciso V, da Resolução Administrativa nº 07/2021 e julgados até o término do exercício seguinte ao da atuação, ampliando a eficiência, eficácia e efetividade da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.

Título: PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADA

Definição: Refere-se às prestações de contas de gestão selecionadas nos termos da Resolução administrativa nº 20/2021 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e julgadas até o término do exercício seguinte ao da apresentação das contas de gestão, conforme o §6º, do art. 8º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (LOTCE), fomentando a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024			2025 - 2027	
		Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
FISCALIZAÇÃO JULGADA		Sim	70	132.205,00	270	425.046,00
PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADA		Sim	700	664.843,00	2.700	1.994.529,00
					3.400	557.251,00
						2.659.372,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 432.2 - Contribuir para o desenvolvimento da sociedade e qualificação dos gestores públicos.

Entregas

Título: PESSOA CAPACITADA

Definição: Refere-se às pessoas capacitadas em ações educacionais, nas modalidades presencial e à distância, conforme comprovação de participação e/ou conclusão, direcionadas aos servidores públicos da administração pública estadual e municipal, inclusive do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e ao público geral.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
PESSOA CAPACITADA	Unidade	Não	3.397	1.825.461,00	4.850	5.913.689,00	7.739.150,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	2.622.509,00	8.333.264,00	10.955.773,00
DESPESAS CORRENTES	1.816.653,00	5.881.923,00	7.698.576,00
DESPESAS DE CAPITAL	805.856,00	2.451.341,00	3.257.197,00
Total	2.622.509,00	8.333.264,00	10.955.773,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
		2024	2025-2027
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		2.622.509,00	8.333.264,00
Total		2.622.509,00	8.333.264,00
Total			10.955.773,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

433 - FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE

Órgão Gestor: 41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Órgãos Executores



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Justificativa: O Estado do Ceará instituiu por meio da Lei nº 16.717, de 26 de dezembro de 2018, o Programa de Integridade, que consiste na integração de mecanismos organizacionais com foco na gestão de riscos e controles internos, objetivando fortalecer e direcionar as instituições públicas para o alcance dos seus objetivos estratégicos e a entrega dos resultados esperados pela população, de forma regular, eficiente, transparente e proba. Até então, vinte e três órgãos e entidades iniciaram o processo de implementação do Programa, o que corresponde a 38% do escopo inicialmente previsto. Dessa forma, é preciso avançar no processo de consolidação dos órgãos e entidades que já aderiram ao programa, bem como, promover a participação dos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Público Alvo: Órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Objetivo Específico

Título: 433.1 - Implantar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Entregas

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Capacitações ofertadas com foco no Programa de Integridade do Governo Estadual, voltadas para o público-alvo formado de membros de Comitês de Integridade dos órgãos e entidades que aderem ao Programa, bem como demais colaboradores que dão apoio aos Comitês e à própria Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria. As capacitações serão oferecidas com conteúdos mais resumidos ou mais detalhados e carga horária que vai de 04 a 20h/a, dependendo do formato e público.

Título: COMITÊ IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação dos Comitês de Integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, com a publicação da respectiva portaria.

Título: PLANO IMPLANTADO

Definição: Refere-se a implementação do Plano de Integridade para sanar as fragilidades dos órgãos e entidades identificadas na aplicação do diagnóstico de integridade.

Título: SELO CONCEDIDO

Definição: Refere-se à concessão de Selo de Integridade aos órgãos e entidades que se enquadrem nos parâmetros definidos pela Portaria nº 78/2023.

Metas Físicas e Financeiras											
Entregas			2024				2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Não	7	0,00			7	0,00	7	0,00	
COMITÊ IMPLANTADO	Unidade	Sim	5	0,00			15	0,00	20	0,00	
PLANO IMPLANTADO	Unidade	Sim	5	0,00			15	0,00	20	0,00	
SELO CONCEDIDO	Unidade	Sim	5	0,00			15	0,00	20	0,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

434 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Órgão Gestor: 41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Órgãos Executores

41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Justificativa: A participação e o controle social alcançaram muitos avanços ao longo dos anos. Em relação ao Portal da Transparência (Ceará Transparente), no período de 2009 a 2022, houve um aumento de 4.792%, já o Acesso à Informação e a Ouvidoria, no período de 2011 a 2022, tiveram aumento de 350% e 310%, respectivamente. No entanto, ainda enfrentamos grandes desafios tais como: baixa participação do cidadão para a melhoria dos serviços públicos; baixa conscientização sobre os direitos de participação na gestão pública; baixa credibilidade em relação à resolutividade na participação cidadã; necessidade constante da expansão dos dados e informações públicas disponibilizadas, que demonstrem a Transparência das ações de Governo; e necessidade de adoção de linguagem simples para maior participação do cidadão na gestão pública.

Dessa forma, o Programa tem como finalidade aumentar a acessibilidade da participação social, com foco em linguagem simples e eventos de divulgação.

Público Alvo: Sociedade cearense e órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Objetivo Específico

Título: 434.1 - Aumentar a participação social com o intuito de melhorar e aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos.

Entregas

Título: AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se às palestras de conscientização da sociedade para o exercício do controle social realizadas em eventos, escolas, universidades.

Título: ATENDIMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de atendimento às solicitações de informação e manifestações de ouvidoria pelo cidadão.

Título: ATO NORMATIVO PUBLICADO

Definição: A avaliação de serviços é uma atividade prevista na Lei nacional 13.460/2017 que deve ser realizada por todo órgão e entidade. No entanto, os órgãos e entidades têm enfrentado dificuldade para realizar essa avaliação, e ainda não a realizam em sua totalidade. Dessa forma, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado elaborará um modelo de avaliação de serviços públicos do estado do Ceará para que possa ser o instrumento que viabilize a realização da avaliação de serviços públicos de forma sistemática e com significância estatística por todo o Estado do Ceará e possa contribuir para a melhoria dos serviços públicos com base na opinião dos cidadãos.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: AVALIAÇÃO REALIZADA

Definição: A realização de avaliação de serviços públicos, de acordo com a Lei 13.460/2017, conforme definido no modelo de avaliação de serviços públicos do estado do Ceará, com significância estatística, em parceria com os órgãos e entidades, com o intuito de trazer a opinião do cidadão para a melhoria do serviço público.

Título: CAMPANHA REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de campanhas de divulgação da ouvidoria e seus canais, indo ao encontro dos cidadãos, onde os serviços estão sendo prestados, contando com os esclarecimentos de temáticas previamente selecionadas e recebendo demandas de ouvidoria com abordagem humanizada. São ações de ouvidoria itinerante, nas macrorregiões de planejamento do Estado, visando fomentar a participação social com a divulgação dos canais de comunicação e por meio de diálogo com a sociedade para o recebimento de manifestações relacionadas à estrutura e funcionamento do serviço público estadual. O objetivo dessa entrega é descentralizar o atendimento/serviço de ouvidoria e fortalecer a participação social, por meio dessas ações itinerantes (Ouvidoria Ativa). Serão realizadas em equipamentos públicos, praças públicas, feiras agropecuárias, dentre outros eventos institucionais, proporcionando abordagem humanizada e o devido suporte e apoio a programas e projetos governamentais no que tange à participação social.

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de treinamentos que visam aumentar a qualificação dos servidores e demais colaboradores do Poder Executivo estadual que atuam no fortalecimento do Sistema e do Código de Ética.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Documento que disponibiliza no âmbito do poder executivo Estadual os rankings de transparência no intuito de verificar a disponibilização das informações de interesse coletivo pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, assim como das demais entidades que de alguma forma participam da gestão estadual.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de fóruns e outros eventos assemelhados para os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual que visem o fomento do Sistema e do Código de Ética.

Título: OUVIDORIA DA MULHER IMPLANTADA

Definição: Implantação da Ouvidoria Estadual da Mulher, com o intuito de proporcionar um acolhimento especializado que favoreça às mulheres relatarem denúncias, ou outras demandas, que envolvam a violação de seus direitos, bem como contribuir com as diretrizes voltadas para o fortalecimento da política para mulheres.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	14	10.000,00	46	30.000,00	60	40.000,00	40.000,00
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	169.060	1.882.010,00	517.331	6.011.567,00	686.391	7.893.577,00	7.893.577,00
ATO NORMATIVO PUBLICADO	Unidade	Sim	0	217.868,00	1	6.393.453,00	1	6.611.321,00	6.611.321,00
AVALIAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	10.000,00	6	30.000,00	8	40.000,00	40.000,00
CAMPANHA REALIZADA	Unidade	Sim	4	10.000,00	9	30.000,00	13	40.000,00	40.000,00
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	6	0,00	15	0,00	21	0,00	0,00
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	1	0,00	3	0,00	4	0,00	0,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	4	10.000,00	12	30.000,00	16	40.000,00	40.000,00
OUVIDORIA DA MULHER IMPLANTADA	Unidade	Sim	1	30.000,00	0	60.000,00	1	90.000,00	90.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	2.169.878,00	12.585.020,00	14.754.898,00
DESPESAS CORRENTES	1.913.647,00	6.146.565,00	8.060.212,00
DESPESAS DE CAPITAL	256.231,00	6.438.455,00	6.694.686,00
Total	2.169.878,00	12.585.020,00	14.754.898,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	1.952.010,00	6.191.567,00	8.143.577,00
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	217.868,00	6.393.453,00	6.611.321,00
Total	2.169.878,00	12.585.020,00	14.754.898,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

435 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Órgão Gestor: 01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgãos Executores

01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Justificativa: A Constituição do Estado do Ceará, em sua Seção V, Artigos 58 a 66 trata sobre o Processo Legislativo, que compreende a elaboração de: Emendas à Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos e Resoluções. Em seu planejamento estratégico Alece 2030, a missão do Poder Legislativo do Ceará é representar a sociedade no exercício das funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo a democracia participativa e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará. Dessa forma, a Alece visa ser referência em parlamento aberto para o fortalecimento da democracia, desenvolvendo o processo legislativo, incentivando a participação direta dos cidadãos na elaboração de leis, ampliando a transparência das ações e estimulando o controle social.

Público Alvo: Sociedade cearense, inclusive grupos de interesse e sociedade civil organizada, entre outros.

Objetivo Específico

Título: 435.1 - Produzir legislação adequada às necessidades da sociedade cearense e realizar a fiscalização da execução de políticas públicas, estimulando a participação da sociedade e o controle social.

Entregas

Título: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Definição: Refere-se às atividades em que são tratados assuntos de interesse público relevante, atinente à área de atuação das Comissões Técnicas Permanentes, mediante proposta de qualquer membro da Assembleia ou à pedido de entidades interessadas.

Título: PROPOSIÇÃO DELIBERADA

Definição: Refere-se a toda matéria sujeita à deliberação do Plenário da Assembleia. Por matéria, entende-se que seja objeto de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de Projeto de Lei Complementar, de Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Lei Delegada, de Projeto de Decreto Legislativo, Projeto de Resolução e de Projeto de Indicação, em fase de apreciação pela Assembleia Legislativa.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA	Unidade	Sim	69	0,00	207	0,00
PROPOSIÇÃO DELIBERADA	Unidade	Não	5.000	46.200.000,00	5.000	157.100.000,00
						203.300.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL DESPESAS CORRENTES	46.200.000,00 46.200.000,00	157.100.000,00 157.100.000,00	203.300.000,00 203.300.000,00
Total	46.200.000,00	157.100.000,00	203.300.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		2024	2025-2027
		46.200.000,00	157.100.000,00
Total		46.200.000,00	157.100.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

436 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE

Órgão Gestor: 01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Órgãos Executores

01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Justificativa: A atividade-fim da Assembleia Legislativa é legislar e fiscalizar a execução de políticas públicas. No entanto, a Alece realiza diversas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento socioambiental sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos servidores e da sociedade cearense, incluindo a prestação direta de serviços ao cidadão, atividades de ensino e pesquisa, além de ações e projetos voltados aos direitos das mulheres, à prevenção e ao combate à violência e violações de direitos humanos.

Público Alvo: Sociedade cearense, inclusive consumidores, comunidades e movimentos sociais, mulheres cearenses vítimas de violência, representantes do setor produtivo cearense, estudantes do ensino médio das escolas públicas, e servidores públicos, entre outros.

Objetivo Específico

Título: 436.1 - Aproximar o Parlamento da sociedade cearense, promovendo o controle social, o bem-estar e a preservação dos direitos dos cidadãos.

Entregas

Título: ATENDIMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se ao atendimento ao cidadão realizado por meio de ações promovidas pela Casa Legislativa, para: defesa dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores com os serviços prestados pelo Procon-Alece; promoção da democracia e do controle social, por meio dos canais de interação entre a sociedade e o Parlamento cearense; atendimento em saúde e assistência social.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** FAMÍLIA BENEFICIADA

Definição: Refere-se às famílias vítimas de violação dos direitos humanos que recebem atendimento jurídico por meio do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), que atua defendendo as comunidades e movimentos sociais a partir de cinco eixos temáticos principais: Direito à Cidade, Direito à Vida e à Proteção, Direito à Terra e à Justiça Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais, e Direito à não Discriminação.
- Título:** MULHER ATENDIDA

Definição: Refere-se ao atendimento a mulheres cearenses vítimas de violência, atendidas pela Procuradoria Especial da Mulher da Alece e seus núcleos, além de atividades de promoção e participação na política; de homens pelo fim da violência contra a mulher; de promoção da igualdade gênero-racial e o de apoio a egressas e apenadas, com atendimento jurídico, psicossocial e de mediação.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	34.113	710.000,00	115.603	2.280.000,00
FAMÍLIA BENEFICIADA	Unidade	Sim	50.000	30.000,00	150.000	90.000,00
MULHER ATENDIDA	Unidade	Não	1.858	0,00	2.036	0,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 436.2 - Melhorar a qualidade de vida dos servidores e da comunidade do entorno da Assembleia Legislativa, por meio da promoção da responsabilidade socioambiental, da saúde e da segurança do trabalho.

Entregas

- Título:** AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de ações de fomento à cidadania e ao empreendedorismo de impacto social; de saúde mental e práticas sistêmicas restaurativas; de saúde e segurança no trabalho; e de sustentabilidade e gestão ambiental, voltadas para os servidores e comunidade do entorno.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Não	150	100.000,00	200	300.000,00
					200	400.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 436.3 - Viabilizar a transparência das atividades parlamentares, legislativas e administrativas e dos serviços oferecidos pela Assembleia Legislativa.

Entregas

- Título:** EVENTO REALIZADO
Definição: Refere-se às Sessões Plenárias Itinerantes da Assembleia Legislativa nos municípios; Grandes Debates (Parlamento Protagonista), com a participação de especialistas de renome local, nacional e internacional, mediados por jornalistas da Alece e exibidos pela TV Assembleia, Rádio Assembleia e redes sociais da Casa; Move Ceará, encontros nos quais a Alece ouve representantes do setor produtivo das 14 macrorregiões do Estado, para a proposição de projetos.
- Título:** MATERIAL PUBLICADO
Definição: Refere-se à divulgação das atividades parlamentares, legislativas, administrativas e demais serviços oferecidos pela Alece, pelos meios de comunicação: TV Assembleia (31.1 canal digital), Rádio FM Assembleia (96,7MHz), Revista Plenário, Núcleo de Mídias Digitais (Facebook, Instagram, YouTube, Twitter/X e TikTok), Agência de Notícias e Comunicação Interna, bem como agências de publicidade e contratos de patrocínio, dando transparência aos projetos e ações da Assembleia Legislativa para o público interno e a sociedade cearense em geral, a partir das matérias institucionais publicadas nos citados meios de comunicação da Alece.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	23	100.000,00	54	300.000,00
MATERIAL PUBLICADO	Unidade	Sim	750	21.100.000,00	1.970	84.440.000,00
					2.720	105.540.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 436.4 - Oportunizar o desenvolvimento profissional e despertar o interesse pela educação política, histórica e cultural para os públicos interno e externo da Assembleia Legislativa.

Entregas

- Título:** ALUNO ATENDIDO
Definição: Refere-se aos alunos atendidos com cursos de Mestrado, pós-graduação lato sensu e extensão, Projeto Superação e cursos de idiomas (Espanhol, Francês, Inglês), ofertados pela Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace).
- Título:** JOVEM ATENDIDO
Definição: Refere-se a jovens, de 15 a 29 anos, atendidos pelo Programa Alcance, visando sua preparação para aprovação no Enem e em outros vestibulares, além de qualificação profissional por meio da oferta de cursos preparatórios e profissionalizantes; e pelo Programa Parlamento e sua História, promovido pelo Memorial Pontes Neto, por meio de visitas orientadas para conhecerem o Poder Legislativo cearense.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ALUNO ATENDIDO	Unidade	Não	2.187	481.169,00	2.187	1.608.507,00
JOVEM ATENDIDO	Unidade	Não	8.022	100.000,00	11.635	375.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 436.5 - Fortalecer a função fiscalizadora da Assembleia Legislativa, pela produção de conhecimento técnico-científico e avaliação de políticas públicas.

Entregas

Título: AVALIAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se a estudos, diagnósticos e monitoramento de políticas públicas estratégicas, realizados de forma compartilhada com as diversas instituições públicas e a sociedade civil envolvidas com os respectivos temas, visando subsidiar o Parlamento na sua função fiscalizadora.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Consiste na edição de livros de Legislação, autorais, livros técnicos e publicações diversas, realizadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), em atendimento às demandas de setores internos da Alece, de parcerias institucionais e de escritores independentes.

Título: ESTUDO E PESQUISA PUBLICADOS

Definição: Refere-se aos estudos e pesquisas sobre temas estratégicos produzidos pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (Caeae), Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Parlamento Aberto e Democracia, da Escola Superior do Parlamento Cearense (Neppad-Unipace), contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AVALIAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	0,00	6	0,00
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Não	50	300.000,00	50	900.000,00
ESTUDO E PESQUISA PUBLICADOS	Unidade	Sim	4	110.000,00	12	330.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL DESPESAS CORRENTES	23.031.169,00 23.031.169,00	90.623.507,00 90.623.507,00	113.654.676,00 113.654.676,00
Total	23.031.169,00	90.623.507,00	113.654.676,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		23.031.169,00	113.654.676,00
Total		23.031.169,00	113.654.676,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

437 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Órgão Gestor: 13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

Órgãos Executores

13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

Justificativa: O exercício da atividade de regulação confere ao mercado regulado a estabilidade e as condições necessárias para a competição dos operadores, evitando concorrências desleais e falha de mercado como os monopólios. A regulação combate também o uso de práticas nocivas que afetem os direitos dos consumidores, aplicando mecanismos de mediação de conflitos e atendimento às queixas de usuários. Além disso, a atividade regulatória abrange a edição de normas disciplinadoras e sua fiscalização, com possibilidade de aplicação de sanções administrativas visando sempre o interesse público. Podem ser citados como problemas comuns aos setores regulados e que justificam as iniciativas propostas neste Programa, as dificuldades enfrentadas pelo usuário por falta de água ou baixa pressão dos sistemas de abastecimento, a interrupção dos itinerários das linhas de ônibus intermunicipais, a extensão de rede e ligações aos serviços de distribuição de energia elétrica, gás canalizado, água, esgotamento sanitário, o cumprimento dos itinerários das linhas de ônibus intermunicipais, o adequado serviço de venda e reserva de passagens de ônibus, destinação adequada dos resíduos sólidos, entre diversos outros aspectos técnicos e de qualidade dos serviços públicos delegados.

Por meio das ações desse Programa, o Governo do Estado do Ceará exerce o seu legítimo poder regulador em busca da eficiência dos serviços públicos prestados por este ente privado, assegurando os diversos aspectos técnicos e de qualidade dessas atividades, beneficiando a sociedade e melhorando o desempenho dos agentes atuantes nos mercados e setores de saneamento básico, resíduos sólidos, transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, gás canalizado e energia elétrica. O Programa de Regulação dos Serviços Públicos Delegados contribui, também, para o fortalecimento dos setores econômicos no Estado do Ceará e desenvolvimento de projetos estratégicos, tais como as alianças com o setor privado, projetos de parceria público-privadas e concessões de serviço público.

Público Alvo: Poder Concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, investidores e financiadores, órgãos de controle e usuários dos serviços públicos delegados.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega****Objetivo Específico**

Título: 437.1 - Assegurar a qualidade e segurança dos serviços públicos delegados.

Entregas**Título:** DOCUMENTO DE GESTÃO EMITIDO

Definição: Trata-se de entrega relacionada às atividades gestão do serviço de transportes, exercida pela Arce. Portanto são processos de emissão de Certificado de Registro da Transportadora; Certificado de Registro de Veículos; Ordens de serviço (contendo horários, preços, seccionamentos, que são publicados no site da Arce e é afixado em terminais e nos veículos); Termo de Anuência de Cooperado, nos casos de substituição de cooperados em uma cooperativa, o qual é publicado no Diário Oficial do Estado.

Título: DOCUMENTO ELABORADO

Definição: Refere-se à elaboração de estudos que visam desenvolver a atividade regulatória em três eixos. No Eixo 1, tem-se os estudos tarifários elaborados pela própria Arce no âmbito de suas atribuições legais (notas técnicas e pareceres que versam sobre reajustes e revisões tarifárias, além de planos de negócios da concessionária de Gás Canalizado e do Programa de Investimentos Especiais da Enel). Nos Eixos 2 e 3, tem-se estudos financiados com recursos do Banco Mundial no âmbito do IFP, negociada pelo Governo do Estado do Ceará. No Eixo 2, aborda estudos para a melhoria do processo de controle patrimonial dos concessionários de gás canalizado e saneamento básico. No Eixo 3, aborda estudos para a melhoria do processo de controle, fiscalização e certificação das informações do saneamento básico.

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se às expedições ou revisões de resoluções da Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce), a fim de estabelecer e parametrizar, sobretudo, os patamares tarifários e os padrões de qualidade dos serviços regulados (gás canalizado, transporte intermunicipal, resíduos sólidos e saneamento básico).

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se às fiscalizações dos serviços de saneamento básico, resíduos sólidos, energia elétrica e gás canalizado, devendo ser destacado que as diferentes atividades fiscalizatórias possuem mensurações também diferenciadas em cada área de atuação. Assim, enquanto para a área de energia elétrica uma unidade de geração significa uma fiscalização, para o saneamento básico uma unidade de tratamento de água compõe várias fiscalizações (adução, tratamento, pressão, etc). Ressalta-se que a fiscalização é um instrumento para garantir o cumprimento das obrigações legais e contratuais pelas empresas do setor regulado, tendo como finalidade e preservação do interesse público e garantia da qualidade dos serviços prestados. A fiscalização pode ser do tipo direta e indireta, planejada ou contingencial, resultando num Relatório de Fiscalização que dele poderá resultar em processos específicos para acompanhamento das não conformidades e/ou aplicação de penalidades. Convém destacar que a fiscalização direta abrange as atividades de verificação in loco do cumprimento dos aspectos técnico operacionais, comerciais e de infraestrutura da concessão previstos nas normas ou nos contratos. Enquanto a fiscalização indireta abrange as atividades de coleta e análise de dados para avaliação do desempenho do setor/serviço por meio de indicadores.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
DOCUMENTO DE GESTÃO EMITIDO	Unidade	Sim	8.802	0,00		26.406	0,00	35.208	0,00
DOCUMENTO ELABORADO	Unidade	Sim	7	4.210.490,00		15	2.000.000,00	22	6.210.490,00
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	20	0,00		60	0,00	80	0,00
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	200	7.508.280,00		600	23.400.000,00	800	30.908.280,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 437.2 - Ampliar a transparência visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos.

Entregas

Título: AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de ações voltadas para os públicos transversais, tais como, pessoas LGBTQI+, pessoas idosas, mulheres, pessoas negras e indígenas. Estas ações correspondem, por exemplo, às campanhas educativas realizadas em transportes públicos.

Título: ATENDIMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se aos atendimentos aos usuários dos serviços públicos delegados realizados pelo setor de ouvidoria da Arce em seus mais diversos canais (telefone, e-mail, whatsapp, presencialmente). Os atendimentos podem ser de várias espécies, desde reclamações sobre os serviços e elogios até pedidos de informações, sendo fundamental a participação dos setores técnicos para dirimir as dificuldades apresentadas pelos usuários.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Refere-se aos produtos de comunicação visando a divulgação das atividades da ARCE, conforme demandas setoriais, além da comunicação sobre direitos e deveres dos consumidores e usuários dos serviços públicos regulados. O principal produto desta iniciativa está diretamente relacionado ao relatório anual da ARCE que tem como finalidade apresentar a sociedade, ao poder concedente e ao público interessado as principais atividades e resultados alcançados pela Agência a cada ano nos setores de atuação. Trata-se de uma obrigação legal da ARCE e de um forte instrumento para a transparência de sua atividade.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

Entregas		Metas Físicas e Financeiras						Total*	
Título	Unidade	Acum.	2024		2025 - 2027				
			Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	10.000,00	6	0,00	8	10.000,00	
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	29.732	0,00	89.196	0,00	118.928	0,00	
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	1	38.000,00	3	0,00	4	38.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024		2025-2027		Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL		11.766.770,00	25.400.000,00		37.166.770,00
		7.556.280,00	23.400.000,00		30.956.280,00
		4.210.490,00	2.000.000,00		6.210.490,00
Total		11.766.770,00	25.400.000,00		37.166.770,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro					
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ					
Total				11.766.770,00	37.166.770,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

438 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL**Órgão Gestor: 41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO****Órgãos Executores**

41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Justificativa: Ao longo dos anos, a globalização e o uso intensivo das tecnologias geraram mudanças significativas no ambiente de negócios públicos e privados ao redor do mundo. Cresce a demanda da sociedade pela prestação eficiente de serviços públicos, além de mais transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos pela Administração Pública.

Nesse cenário, surgem novos desafios e oportunidades para o controle interno governamental, sendo necessário o fortalecimento do Sistema de Controle Interno, de forma que sua atuação possa contribuir para o alcance dos objetivos dos órgãos e entidades, melhorando a prestação dos serviços públicos entregues à sociedade.

Dessa forma, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo estadual, no cumprimento do seu papel constitucional de prestar serviços de auditoria interna governamental, inspeção, controladoria e correição, deve atuar apoiando o gestor na tomada de decisão, com consequente melhoria da

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

qualidade na aplicação dos recursos públicos e dos serviços prestados.

Público Alvo: Órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa do Estado.

Objetivo Específico

Título: 438.1 - Aprimorar os processos de negócios dos órgãos e entidades, com foco na governança, gestão de riscos e controles internos da gestão.

Entregas

Título: AUDITORIA REALIZADA

Definição: Refere-se aos relatórios emitidos no âmbito das atividades de auditoria interna governamental, cujo propósito é aumentar e proteger o valor dos órgãos e entidades públicas, a partir do fornecimento de serviços de avaliação e de consultoria baseados em risco, com vistas a contribuir com o aprimoramento da gestão pública nos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, alinhado com os valores, as estratégias e os objetivos do órgão/entidade.

A atividade de avaliação pode ser definida como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria, já o serviço de consultoria consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações da unidade.

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se a capacitações ofertadas para servidores dos órgãos e entidades no âmbito do Estado com foco em governança, gestão de riscos e controles internos da gestão. A previsão é de que as capacitações tenham carga horária de a partir de oito horas.

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se às orientações técnicas emitidas, recebidas até o dia 30 de novembro de cada exercício. A orientação é uma manifestação emitida pela CGE em resposta a consultas técnicas efetuadas pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo Estadual sobre casos concretos ou por deliberação da própria CGE sobre matérias afeitas à sua atuação, visando prevenir eventos de riscos, a recorrência de fatos que impliquem ameaças ao cumprimento dos objetivos institucionais e a aperfeiçoar processos de trabalho.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização do Fórum de Controle Interno, que visa tratar de assuntos relacionados às áreas de atuação dos ouvidores e assessores de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024				2025 - 2027			
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Total* Financeiro
AUDITORIA REALIZADA	Unidade	Sim	4	10.000,00		14	120.000,00	18	130.000,00
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	0,00		6	0,00	8	0,00
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	5	0,00		15	0,00	20	0,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	4	10.000,00		12	60.000,00	16	70.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 438.2 - Fortalecer o sistema de controle interno, por meio da aderência às normas internacionais de auditoria interna.

Entregas

Título: AÇÃO IMPLANTADA
Definição: Refere-se à implantação de iniciativas, como normas e procedimentos, alinhadas com as Normas Internacionais de Auditoria Interna (International Professional Practices Framework [IPPF]), que fundamentam a atuação da auditoria interna.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024				2025 - 2027			
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Total* Financeiro
AÇÃO IMPLANTADA	Unidade	Sim	46	10.000,00		70	60.000,00	116	70.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 438.3 - Aprimorar os processos de recuperação e saneamento dos danos provocados ao patrimônio público.

Entregas

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA
Definição: Refere-se à capacitação continuada de servidores e colaboradores do Poder Executivo estadual, para o aperfeiçoamento no uso dos instrumentos correlacionais.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se a emissão de relatórios relacionados às inspeções para as apurações relacionadas às denúncias de irregularidades encaminhadas pelas Ouvidorias dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; e relatório estratégico de acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos para, de forma preventiva, serem avaliados a eventual existência de enriquecimento ilícito nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/93).

Título: REDE IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação, por meio de uma norma, da rede de correição e padroniza a atuação no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, permita o acompanhamento e o intercâmbio entre os órgãos e entidades do Poder Executivo, com a regularidade na condução dos instrumentos correcionais.

Título: SISTEMA IMPLANTADO

Definição: Consiste na implantação do Sistema de Acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos, para o uso por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	0,00		6	0,00	8	0,00
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	1	0,00		3	0,00	4	0,00
REDE IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	0,00		6	0,00	8	0,00
SISTEMA IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	0,00		1	0,00	1	0,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 438.4 - Contribuir para a regularidade do processo de prestação de contas dos gestores públicos.

Entregas

Título: DOCUMENTO ELABORADO

Definição: Refere-se à elaboração dos relatórios das trilhas de auditoria, mediante acesso a bases de dados de sistemas informatizados, no intuito de verificar a regularidade em todos os eventos da atividade ou processo organizacional analisado.

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se à emissão dos Relatórios de Controle Interno das Contas de Gestão e Relatório de Controle Interno das Contas de Governo.

Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA

Definição: Refere-se a implantação do Painel de Controle, que será uma ferramenta informatizada de apresentação gráfica de visualização de dados contendo informações estratégicas de controle, advindas de resultados de trilhas de auditoria ou de relatórios de sistemas corporativos.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas		2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
DOCUMENTO ELABORADO	Unidade	Sim	1	0,00	3	0,00	4
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	95	0,00	285	0,00	380
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	1	0,00	0	0,00	1

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 438.5 - Promover a efetividade da execução dos contratos e das parcerias.

Entregas

- Título:** CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se às capacitações ofertadas com foco na gestão, monitoramento e controle de contratos e parcerias. Terá como público alvo colaboradores dos órgãos e entidades do Governo Estadual que atuam na área meio, especialmente nas áreas administrativo-financeira e nas assessorias de controle interno e ouvidoria. As capacitações terão carga horária a partir de 16h/a.
- Título:** SISTEMA ESTRUTURADO

Definição: Sistema de gerenciamento de parcerias (e-Parcerias) estruturado com os módulos de celebração e de parcerias simplificadas.
- Título:** SISTEMA IMPLANTADO

Definição: Refere-se ao desenvolvimento no novo sistema de gerenciamento dos contratos e demais despesas celebradas pelo Governo do Estado, por meio dos seus diversos órgãos e entidades, substituindo a atual ferramenta que tem mais de 20 anos e carece de funcionalidades que auxiliem na gestão, monitoramento e controle desses instrumentos, e fornecendo informações nos níveis estratégico, tático e operacional.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas		2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	2	0,00	12	0,00	14
SISTEMA ESTRUTURADO	Unidade	Não	1	0,00	1	0,00	1
SISTEMA IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	2.000.000,00	1	6.000.000,00	1

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 438.6 - Implantar a cultura de compliance nos entes públicos municipais do Estado do Ceará.

Entregas

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à capacitação ofertada no Modelo do Programa de Integridade do Governo do Estado do Ceará para equipes de multiplicadores indicadas pelos municípios, com carga horária estimada de 20h/a.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Refere-se a Acordos de Cooperação assinados entre o Governo do Estado do Ceará e os municípios, com intervenção da CGE, por meio da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) ou da Rede Estadual de Controle Interno da Gestão Pública do Ceará (RECIGP), com vistas ao fomento da cultura de compliance nos municípios cearenses.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de fórum com foco no tema de compliance na Gestão Pública, voltado para municípios, com tempo estimado de duração de quatro horas.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024		2025-2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	0	0,00	3	0,00	3	0,00	0,00
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	0	0,00	3	0,00	3	0,00	0,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	0	0,00	9	0,00	9	0,00	0,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	2.030.000,00	6.240.000,00	8.270.000,00
DESPESAS CORRENTES	5.000,00	60.000,00	65.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.025.000,00	6.180.000,00	8.205.000,00
Total	2.030.000,00	6.240.000,00	8.270.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO		2.030.000,00	6.240.000,00	8.270.000,00
Total		2.030.000,00	6.240.000,00	8.270.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

439 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO

Órgão Gestor: 13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Órgãos Executores

13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Justificativa: A defesa dos interesses do Estado do Ceará guarda estreita correlação com a efetividade das políticas públicas e a sustentabilidade do ente estatal. Com efeito, o eficiente assessoramento jurídico confere a segurança jurídica necessária à viabilização dos projetos estruturantes do Estado.

Nesse contexto, destaca-se a atuação voltada ao incremento da arrecadação de créditos devidos ao ente. Isso decorre do gerenciamento da dívida ativa estadual que engloba as fases de inscrição dos débitos, cobrança administrativa e judicialização de ações de execução de créditos tributários e não tributários. Citem-se ainda, exemplificativamente, a representação judicial em ações com foco na arrecadação de imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) e em ações que visam o combate a fraudes fiscais.

A defesa do ente estatal também possibilita a obtenção de economia de recursos públicos. Nesse ponto, destaca-se a economia resultante da representação jurídica promovida em embargos à execução, precatórios, ações relacionadas às políticas de saúde, desapropriações, dentre outros. Sobreleva ainda retratar o processamento de licitações que resultam na economicidade dos contratos firmados com a Administração. Além disso, importa pontuar o exame de legalidade dos atos administrativos e resolução de consultas dos órgãos estaduais em diversas matérias.

Nesse programa, também cabe ressaltar a defesa da probidade administrativa estadual, que envolve a realização dos processos administrativo-disciplinares em que se atribua a prática de ilícitos aos servidores públicos estaduais. É ainda importante mencionar que o Programa engloba ainda a elaboração de Projetos de Lei e demais normas regulamentadoras que dão suporte às políticas públicas.

Diante do exposto, destaca-se a importância da atuação no âmbito desse Programa, visto que promove maior eficiência, segurança e celeridade às ações do Estado, bem como garante o aperfeiçoamento e controle dos atos administrativos e confere apoio à implementação de projetos estratégicos de interesse da sociedade cearense.

Público Alvo: Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, servidores e gestores públicos estaduais.

Objetivo Específico

Título: 439.1 - Garantir a segurança jurídica necessária à atuação efetiva do Governo do Estado.

Entregas

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: AGENTE PÚBLICO CAPACITADO

Definição: Refere-se ao servidor da Procuradoria Geral do Estado, que passa por um processo de qualificação voltada à melhoria do desempenho de suas funções públicas.

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se aos pareceres emitidos sobre questões submetidas ao exame da Procuradoria, ainda que por meio de consulta, nas diversas matérias de interesse público (processos de natureza previdenciária; patrimônio e meio ambiente; licitações e contratos administrativos, relacionados aos servidores; dentre outros), além de pareceres relativos à apuração dos processos administrativos disciplinares em que se atribua a prática de ilícitos administrativos a servidores públicos civis da Administração Direta, autárquica e fundacional.

Título: PROCURADORIA MANTIDA

Definição: Refere-se à manutenção das atividades e serviços essenciais relativos às atividades fim das procuradorias.

Título: REPRESENTAÇÃO REALIZADA

Definição: Consiste em Conferir a devida resposta ou encaminhamento a citações e intimações oriundas do Poder Judiciário e, ainda, às diligências e dúvidas suscitadas pelos órgãos da administração direta e indireta quanto aos processos judiciais, promovendo a defesa do Estado por meio do patrocínio de seus interesses em causas judiciais, exemplificativamente as relacionadas à administração pública direta e indireta; às políticas públicas de saúde; à matéria fiscal, dentre outras.

Título: SERVIÇO REALIZADO

Definição: Refere-se aos procedimentos alternativos adotados para a resolução de conflitos entre o Estado e partes interessadas.



Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	Sim	260	1.306.000,00	900	3.960.000,00	1.160	5.266.000,00	
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	3.600	0,00	11.250	0,00	14.850	0,00	
PROCURADORIA MANTIDA	Unidade	Não	1	84.589.442,00	1	279.615.569,00	1	364.205.011,00	
REPRESENTAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	122.600	0,00	380.060	0,00	502.660	0,00	
SERVIÇO REALIZADO	Unidade	Sim	50	0,00	150	0,00	200	0,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 439.2 - Viabilizar a devida execução das políticas públicas de interesse do Estado.

Entregas

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: AVALIAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à elaboração de laudos de avaliação de imóveis para fins de desapropriação, alienação, regularização, ou demais operações imobiliárias de interesse do Estado do Ceará.

Título: DOCUMENTO EMITIDO

Definição: Refere-se aos pareceres técnicos expedidos (engenharia, contábeis, entre outros) relacionados a perícias, desapropriação, meio ambiente, entre outros.

Título: PROCESSO REALIZADO

Definição: Refere-se ao processamento da fase externa dos processos licitatórios, para aquisição de bens, obras e serviços para a Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Ceará.

Título: REPRESENTAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à inscrição, controle e recuperação da dívida ativa, de origem tributária e não tributária, bem como à representação jurídica em processos administrativos e judiciais relacionados à desapropriação, ao patrimônio imobiliário e ao meio ambiente.



Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AVALIAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	520	1.195.000,00	1.560	60.000,00	2.080	1.255.000,00	
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	200	0,00	825	0,00	1.025	0,00	
PROCESSO REALIZADO	Unidade	Sim	1.800	0,00	5.400	0,00	7.200	0,00	
REPRESENTAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	253.431	0,00	760.293	0,00	1.013.724	0,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	87.090.442,00	283.635.569,00	370.726.011,00
DESPESAS CORRENTES	87.090.442,00	283.635.569,00	370.726.011,00
Total	87.090.442,00	283.635.569,00	370.726.011,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro	2024	2025-2027	Total
13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	85.784.442,00	279.675.569,00	365.460.011,00
13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.306.000,00	3.960.000,00	5.266.000,00
Total	87.090.442,00	283.635.569,00	370.726.011,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Continua...